



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 20 - Nº 372 - DE 05 A 19 DE ABRIL DE 2009 - R\$ 3,00

**Nada de seguir os capitalistas em suas disputas ao redor de juros e parasitismo!  
Nada de limitar os movimentos às bandeiras “possíveis”, que levam à conciliação!  
Defender as reivindicações próprias das massas com os métodos de luta de classes!  
Pela independência política, de classe, contra a política burguesa das direções!**

## **Responder à crise com as bandeiras do Programa de Transição**



Manifestação do dia 30/03 foi sob as bandeiras da CUT e Força Sindical, bandeiras burguesas de apoio a alguns bandos capitalistas contra outros

**Emprego não se negocia, defende-se com luta!**

**Escala móvel das horas de trabalho, para que todos tenham emprego!**

**Estatização sem indenização das empresas quebradas, controle operário!**

**Abertura de todos os livros caixa! Salário Mínimo Vital! Escala móvel de salários!**

**Frente às demissões, greve com ocupação de fábrica**

# Os trabalhadores devem se preparar para o pior

Não há nenhum sinal de que a economia brasileira está se recuperando. Ao contrário, os dados indicaram que no final do ano passado o PIB despençou 3,6%. Em fevereiro de 2009, a produção industrial caiu 17% em comparação com o de 2008. No primeiro bimestre de 2009, a perda foi de 17,2%. O levantamento realizado pelo IBGE, dos 755 produtos industriais, 77% tiveram redução no nível de fabricação. É alarmante a queda na produção de bens de capital, 24%; 21% na de bens de consumo duráveis; 3,3% na de bens de consumo não duráveis. Setores da burguesia e seus economistas já apontam resultados negativos, o que denominam de “recessão técnica”, no primeiro trimestre de 2009. Como a indústria tem um peso de 30%, o PIB tende a cair.

Na realidade, a indústria nacional se contrai em função do avanço da crise mundial. Os capitalistas sentem o peso da redução das exportações e um mercado interno frágil para sustentar os níveis prognosticados no passado recente. As montadoras tiveram um crescimento nas vendas de carros, mas isso se deve aos subsídios – redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), liberação de crédito para financiamento. Mas de fôlego curto, porque o mercado externo está trancafiado.

O fato é que: 1) as exportações regrediram em 23% em janeiro, causando um déficit comercial de 518 bilhões de dólares no mês, embora as importações tivessem também caído 12,6%; 2) caiu a arrecadação de tributos dos governos federal, estadual e municipal; 3) aumentou o nível de inadimplência nos empréstimos concedidos a pessoas físicas, o maior nesses últimos 7 anos; 4) reduziu a capacidade instalada no setor industrial; 5) suspendeu-se boa parte dos investimentos programados; 6) a taxa oficial de desemprego deu um salto, de 6,8% para 8,5%.

A indústria paulista vem batendo o recorde em demitir. O desemprego na região de São Paulo foi de 12,5% em janeiro para 13,5% em fevereiro. Estima-se, em fevereiro, que na região metropolitana de São Paulo existe 1,397 milhão de desempregados. No Grande ABC, a taxa 10,7%, em janeiro, saltou para

12,3%, em fevereiro, aumentando de 143 mil desempregados para 165 mil. Os números são bem maiores, tendo em vista que na região metropolitana de São Paulo, conforme a pesquisa do Seade, 87 mil trabalhadores desistiram de procurar emprego, sem contar os milhares de desempregados crônicos.

Dados mostram também que os capitalistas com empresas entre 250 a 499 operários dobraram as demissões, de 8% (2005 a 2007) para 16% do total das demissões no Estado de São Paulo. Nesse caso, os trabalhadores com tempo de serviço, idade e maior escolaridade foram os mais atingidos.

A situação se torna pior ainda porque o rendimento médio familiar na capital paulista caiu 2%, ficando em torno de R\$ 956,00 (dois salários mínimos). Esse é um cálculo médio, a grande maioria sobrevive abaixo desse valor.

A tendência é agravar. Os planos de Lula para a crise são para proteger o capital. E a classe capitalista responde à crise aumentando a superexploração do trabalho, eliminando direitos e demitindo em massa.

## Plano patronal da burocracia sindical

Os bandidos da Força Sindical, em nome do Sindicato Metalúrgico de São Paulo, acabaram de fazer mais um balanço dos acordos assinados. Gabam-se de ter assinado mais de 30 acordos de redução da jornada de trabalho e de salários, suspensão de contrato de trabalho e de banco de horas. O corrupto Paulinho se arvora no feito e diz que “muitos sindicatos que nos criticaram também fizeram acordos iguais, mas às escondidas. Nós estamos fazendo tudo abertamente”. Certamente, está falando da CUT, que também recorreu a acordos traidores. Os burocratas são tão safados que não se envergonham de dizer que os acordos de redução salarial foram “rigorosos” porque as empresas “tiveram de comprovar que estão com dificuldades”. O rigor dos direitistas da Força Sindical é o prato cheio esperado pelo patronato: quebrar a resistência dos operários e submetê-los às medidas de proteção dos capitalistas.

Não bastando tamanha violên-

cia contra o proletariado, os forcionistas lançaram um programa denominado “Alternativas para não demissão”. Nele constam as regras do patronato contra os trabalhadores: 1) férias coletivas; 2) banco de horas; 3) suspensão temporária do contrato de trabalho; 4) redução da jornada com redução do salário.

Sem a organização da fração revolucionária no interior dos sindicatos e das Centrais, os burocratas continuarão exercendo o poder patronal sobre os explorados e ditando as receitas da burguesia para proteger o capital diante da crise. Varrer as direções corruptas e burguesas é a única via para independizar os sindicatos da política capitalista. O ponto de partida está em fazer uma grande campanha junto ao operariado defendendo o programa revolucionário para enfrentar a crise e denunciando as burocracias sindicais.

## Rechaçar a política da burocracia

### 1. Acordo assinado na Sabó

A Sabó é uma fábrica da região da Lapa, com 1600 operários. Está sob o controle da burocracia da Força Sindical (Sindicato Metalúrgico de São Paulo), que colocou em prática pelo plano “Alternativas para não a demissão”. Resultado: 1) 300 trabalhadores tiveram seus contratos suspensos, portanto na prática estão de aviso prévio: seguro-desemprego e “curso de qualificação”; 2) a estabilidade para o restante é só por três meses, a partir daí a empresa pode impor o facão; 3) a jornada de trabalho foi reduzida em 1 dia por semana e os salários perderam 12%; 4) o piso salarial será mantido em R\$920,00 (menos de dois salários mínimos).

A assembléia realizada pela burocracia foi a continuidade da fraude e da traição. Está aí por que é preciso construir uma nova direção para pôr abaixo a burocracia patronal.

### 2. Acordo de PDV

Os operários da Mercedes Bens, de São Bernardo, são dirigidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (CUT). Em fevereiro, os patrões deram férias coletivas para 7 mil trabalhadores, com o objetivo de reduzir a produção. Abriu o PDV (Programa de Demissão Volun-

tária) com a finalidade de demitir 1000. O PDV é uma das propostas defendidas pela burocracia sindical. Mas não adiantou, os operários não colocaram seus nomes na lista. Agora, tudo indica que virão as demissões. A multinacional anuncia que um acordo será negociado com o sindicato. Os burocratas disseram que “não há motivo para apreensão” e que “a situação está sob o controle”. Como se recusa a organizar a luta contra as demissões, a direção cutista desarma os operários e espera o facão da empresa.



*Metalúrgicos têm engolido acordos de redução salarial*

### 3. PDV na Ford

A montadora avisou que os trabalhadores terão o prazo até 22 de abril para aderirem ao PDV. O PDV foi imposto aos 10 mil operários das fábricas de São Bernardo, Taubaté e Camaçari na Bahia. A multinacional jogou uma isca, concedeu 41,5% do salário por ano trabalhado. Para os doentes, o valor da isca sobe para 140%. A burocracia cutista procura abafar o “clima de tensão” que se instalou na fábrica, para em seguida negociar um acordo pró-patronal.

### 4. Depois do PDV, o acordo de redução salarial na Firestone

Os 3.100 operários da Firestone de Santo André vivem o terror das demissões. Os patrões objetivam reduzir a produção com redução de salário. O PDV não atingiu a meta da empresa, pois somente 200 aceitaram. O sindicato

dos borracheiros foi chamado para o acordo de redução salarial. Os trabalhadores são conduzidos a aceitar a falsa idéia da burocracia de que a redução de jornada com redução salarial significa “proteger os empregos”. Depois de cortar parte dos salários dos operários, os patrões ficam de mãos livres para cortar os empregos.

### 5. Burocracia usa a greve da Pirelli para impor a redução salarial

Os 2.300 operários da Pirelli pararam a produção no dia 23 de março contra as demissões. Os vendidos do sindicato dos borracheiros, ligado à Força Sindical, reclamaram que a Pirelli não havia colocado o PDV, a exemplo da Firestone e Goodyear. Depois de dois dias de greve, veio a traição: redução do salário por dois meses e a promessa de não demitir por 3 meses. A burocracia foi obrigada a recorrer a greve diante da revolta dos operários. Manobrou o movimento para se chegar a um acordo de redução salarial. Para

convencer os operários, bateu pé na reivindicação de que só aceitaria negociar a redução salarial caso por 90 dias a empresa garantisse os empregos. Era tudo o que o patrão queria. Assim, os burocratas se apresentaram com o argumento de que afinal a empresa havia cedido um tempo maior de estabilidade.

## Reagir com o programa proletário

Os patrões se protegem da crise. Os governos saqueiam os cofres públicos para entregar aos capitalistas. As burocracias sindicais servem de entreposto patronal. Mantém a classe operária dividida, realizam acordos anti-trabalhador, aterrorizam os operários para que aceitem as medidas das empresas e quebram as greves.

Nos dias de atos, os burocratas se vestem de trabalhadores e comparecem como defensores dos empregos. No dia-a-dia, desfazem das máscaras e agem em favor dos capitalistas e dos governos. Isso ocorre porque não encontram um forte movimento de oposição, fincado nas fábricas, e com o programa classista de defesa do emprego, do salário e dos direitos trabalhistas.

O Partido Operário Revolucionário denuncia os acordos firmados pelas burocracias sindicais e chama o proletariado a se opor à política de conciliação de classe e se colocar pelo programa e métodos classistas para enfrentar a crise capitalista.

# Nossos cálculos para o SALÁRIO MÍNIMO VITAL

Anualmente atualizamos o valor do Salário Mínimo Vital.

## O que consideramos neste reajuste?

O maior valor (índice) da Cesta Básica acumulado durante o ano (período de março/2008 a fevereiro/2009), que foi de 17,53%, de acordo com o documento *Nota à Imprensa*, de 05/03/09, do Dieese. A atualização anterior (de 2008) considerou o mesmo período (março/2007 a fevereiro/2008), portanto, não estaríamos desconsiderando nenhum aumento de preço que poderia resultar em perdas no valor do salário ou um reajuste maior.

## Por que consideramos o valor da Cesta Básica?

Porque nosso cálculo ainda se baseia parcialmente no cálculo do Dieese, que parte do valor de alimentação, o qual tem de corresponder a 35,71% do valor total do salário e o restante (64,29%) para as demais despesas (habitação, vestuário, saúde

etc.). O Dieese multiplica o valor da Cesta Básica por 3 para chegar ao Custo de Alimentação Familiar (família de 4 pessoas, considerando que 2 crianças comem por 1 adulto). E é esse custo de alimentação que perfaz os 35,71% do valor do salário.

## Qual o valor do Salário Mínimo Vital atual?

Pelo cálculo realizado, o salário mínimo vital é de R\$ 3.437,27. Eis a tabela:

|                        |              |
|------------------------|--------------|
| Alimentação            | R\$ 1.227,27 |
| Habitação              | R\$ 808,83   |
| Transporte             | R\$ 468,08   |
| Saúde                  | R\$ 281,13   |
| Educação               | R\$ 308,97   |
| Vestuário              | R\$ 160,50   |
| Despesas de residência | R\$ 96,57    |
| Despesas pessoais      | R\$ 85,92    |



# Crise política ainda não mostrou seu rumo

## Prosseguem os escândalos de corrupção

As denúncias de existência de dezenas de cargos de diretores no Senado, em Assembléias Legislativas (SP) e em Câmaras Municipais (SP), assim como a utilização de funcionários públicos para tarefas domésticas ou particulares de parlamentares, mostram a generalização dos apadrinhamentos políticos, usados como mecanismo de compra de burocratas no aparato legislativo em benefício dos parlamentares que, por sua vez, são manejados diretamente pelo poder econômico.

Mas as principais denúncias que têm impulsionado a crise política são as que mostram que grandes empreiteiras, como a Camargo Correa e a OAS mantinham e mantêm dois caixas, um oficial e outro clandestino, para pagamentos regulares de propinas a parlamentares de todos os partidos. A Polícia Federal, na operação Castelos de Areia, obteve uma série de escutas que mostram o uso dos dois caixas e o nome de políticos da cúpula dos grandes partidos, que em troca da ajuda das empreiteiras as favoreceriam na distribuição de recursos para obras.

Os policiais agem sob as pressões das frações da burguesia em disputa. Buscaram apoio em setores do Poder Judiciário para agir (obtiveram autorização do juiz De Sanctis para recolher provas no escritório do advogado da Camargo Correa), e levantaram com as denúncias a ira de diversas frações da burguesia. A imprensa burguesa denunciou a quebra da lei que protege o sigilo “profissional” dos advogados, dando total isenção para agirem na proteção das falcatruas burguesas. Atacou a polícia federal, que já vinha sendo fustigada por ter exposto os crimes do banqueiro Daniel Dantas. Censurou o juiz De Sanctis por ter autorizado uma ação ilegal. Ou seja, saiu em defesa dos capitalistas corruptores e dos parlamentares vendidos.

O presidente do STF, Gilmar Mendes, que tem agido como porta-voz da oposição burguesa e tem procurado disciplinar o governo Lula, também condenou a “espionagem” sobre as empreiteiras. Novamente, Lula se encolhe diante do judiciário e acoberta dos crimes da burguesia. O PT o segue.

## Parlamentares comprados por dentro e por fora

As investigações da Polícia Federal apontaram que nomes das cúpulas de quase todos os partidos estavam sendo pagas “por fora” pela Camargo Correa. A oposição burguesa reclamou que o PT, PTB e PV não constavam no relatório da polícia, e acusou a investigação policial de assumir um conteúdo de disputa eleitoral, isentando o PT e aliados e condenando a oposição. Seus caciques



*Lula tem acobertado os crimes da burguesia*

sairam bravejando que as doações que receberam da Camargo Correa são todas “por dentro”, ou seja, legais, e constam de relatórios enviados ao Tribunal eleitoral. A polícia se defendeu afirmando que os 3 partidos da base do governo não foram citados porque só apareciam nas escutas recebendo doações “por dentro”, ou seja, legais.

Quanto a esse debate, poderia parecer que a mera apresentação de recibos esclareceria todas as doações e livraria a cara dos mandachuvas dos partidos. Mas isso não ocorreu.

Nem mesmo as doações “por dentro” podem ser expostas pelos partidos.

A verdade é que as doações “por dentro” e “por fora” (pouco importa de que forma foram feitas) serviram como meio de compra dos parlamentares, através de indicação da Fiesp, e levaram ao favorecimento da Camargo Correa nas licitações. Prova que são todos comprados pelas empreiteiras. Os políticos burgueses são TODOS corruptos.

## Um governo que não centraliza a burguesia

O fato é que Lula não centraliza e cada vez é mais centralizado pelas frações da burguesia. Nas últimas denúncias, ficou evidente a corrupção das empreiteiras, o papel de mediação da Fiesp e a venalidade dos parlamentares. Lula se calou diante de toda essa lama. Não só isso: autorizou seu ex-ministro Thomaz Bastos a ajudar na defesa das empreiteiras, um claro apoio aos fraudadores de licitações e parasitas do orçamento público.

A relativa autonomia de ação da polícia em relação ao governo, a ingerência do poder judiciário em todas as questões de importância para a burguesia à revelia do governo e das disputas no Congresso, a incessante concessão de cargos e influência política aos partidos “aliados”, em particular o PMDB, tudo isso só tem realçado a incapacidade do governo Lula em centralizar as frações da burguesia.

Ao contrário, as frações burguesas é que disputam a centralização do governo Lula. Cada passo do governo não é resultado de qualquer planejamento, mas das pressões das frações burguesas e consequência das negociações ao redor da chamada “governabilidade”. Exemplo disso é o zigue-zague governamental ao redor da crise econômica. A cada ajuda que o governo se propõe a conceder a um setor, há uma verdadeira grita geral de outros setores exigindo privilégios semelhantes. Basta ver o que houve com a isenção do IPI dos automóveis, que foi estendida às motos e à construção civil, ou a exigência de créditos equiparados com os concedidos ao agronegócio.



*Heloisa Helena com o delegado Protógenes*

## O apodrecimento da classe dominante e de suas instituições

O esquema exposto pelas investigações da polícia mostra a desintegração histórica do regime burguês. Empresários dependem de propinas para faturar obras contra o governo, investimento sem risco nem sujeito às variações do mercado. Uma federação de indústrias que age como uma organização criminosa intermediando propinas e aliciando políticos. Escritórios de advocacia agem pelo não cumprimento da lei, e o fazem à revelia e isentos desta, são capangas que protegem a bandidagem dos colarinhos brancos. A Justiça protege os crimes da burguesia e serve de canal para a ação política geral e pressão sobre o governo em nome da oposição burguesa. A polícia age como expressão da disputa interburguesa, à revelia da centralização governamental. O orçamento público é a mina de ouro dos capitalistas, que fogem da concorrência de mercado e buscam refúgio e proteção sob as asas do Estado. Os partidos são balcões de compra e venda de politiqueiros, das fatias do dinheiro público e dos cargos da administração do Estado capitalista.

É evidente que as instituições da burguesia estão podres: a burguesia age violando as próprias leis que seus marionetes criaram no parlamento, e tem de se apoiar no corrupto poder judiciário e na casta de advogados para se livrar da responsabilidade.

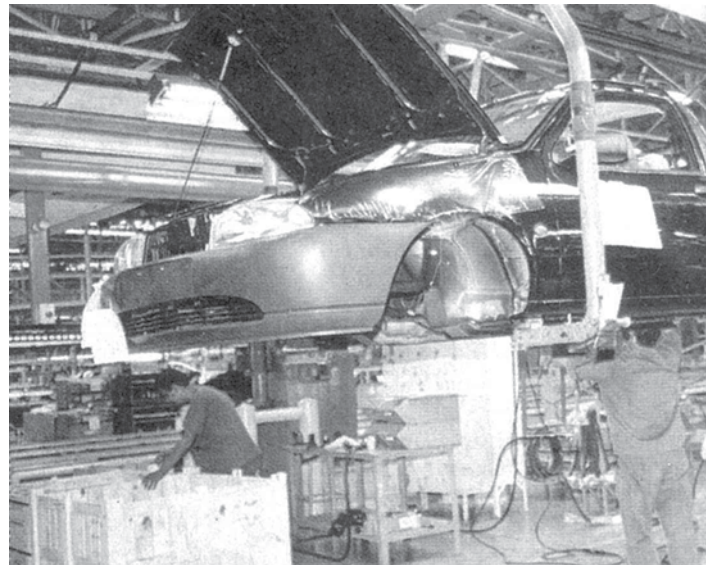
### Podridão burguesa é descarregada sobre as massas

É essa burguesia, seus partidos, governos e instituições que realiza uma ofensiva contra as massas, descarregando a crise sobre elas.

As demissões em massa, os acordos de redução de salários e direitos, os cortes de verbas nos serviços sociais públicos, as perseguições aos movimentos, a repressão aos sem-terra e suas lideranças, as reformas antinacionais e antipopulares, tudo isso é obra dessa classe dominante apodrecida e corrompida.

As disputas entre as frações capitalistas ocorre no palco das instituições da burguesia: governo, parlamento, judiciário, polícia, imprensa etc. As denúncias de corrupção são resolvidas dentro dos limites das instituições capitalistas. A realização de CPIs só serve para inocentar os bandidos, servir de base para as barganhas entre as frações em disputa e finalmente conceder atestado de honestidade aos bandidos.

Até agora, as massas ainda não se manifestaram na crise política. A classe operária está amedrontada diante das demissões e acordos de redução de salários e direitos. Os setores que se levantam são isolados pela burocracia sindical vendida que intermedia a quebra dos movimentos e a conciliação de classes. Os sem-terra sofrem com a repressão e o isolamento. Os



*A mesma burguesia corrupta que despeja os efeitos da crise, desemprego e mais miséria, sobre as massas*

estudantes estão dispersos e com sua organização estatizada e transformada em agência governamental. O funcionalismo estanca no corporativismo.

Sem a intervenção das massas na crise política, as frações burguesas têm suas mãos livres para negociarem entre si e despejarem o custo sobre os explorados.

### A saída revolucionária

Diante da crise, é possível que as massas ultrapassem a barreira das direções burocráticas e saiam às ruas em luta, com seus próprios métodos e por suas reivindicações próprias. Esse caminho colocaria a crise política num outro nível, projetando-a e tirando das mãos das frações burguesas o controle da situação. A luta pela independência política, de classe, das massas em relação às disputas burguesas é chave nesse processo, que deve se desencadear.

Em relação aos crimes da burguesia, as massas têm de se libertar de seus opressores, de seus crimes e de suas instituições apodrecidas. A bandeira dos Tribunais Populares, convocado pelas assembléias de base em todos os setores dos oprimidos para julgar e punir de verdade a burguesia por seus crimes de classe, ajuda a caminhar nesse sentido.

Ajuda a chegar à conclusão de que é preciso derrubar o Estado burguês corrupto e instrumento da opressão de classe. Somente quando as massas alcançarem sua meta histórica de destruição desse aparato da ditadura de classe burguesa, constituindo seu próprio Estado a partir de suas organizações próprias de luta, transformarem a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, enfim realizarem a revolução socialista, poderão se livrar definitivamente dos opressores e de seus crimes de classe.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.**

**Discuta nosso programa.**

**CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

**[www.pormassas.org](http://www.pormassas.org)**

# CUT e Força Sindical à frente do Dia Nacional de Luta

A Conlutas havia marcado a mobilização para 1º de abril. A CUT e Força Sindical impuseram o dia 30. Frente à divisão, a Conlutas corretamente admitiu mudar e garantir o Ato unitário. No entanto, o conteúdo da manifestação em São Paulo não foi proletário.

As burocracias cutista e forcista determinaram as bandeiras e o tom dos acontecimentos. Evidenciou-se que a manifestação não estava sob pressão da classe operária, dos demitidos e desempregados. Reuniu bases restritas das burocracias e das correntes de esquerda.

A concentração que se iniciou na Paulista, em frente à Fiesp, e se dirigiu à Bolsa de Valores não incomodou em nada os capitalistas e não chamou atenção dos explorados. Pior ainda foi o fato de expressar um conteúdo burguês e a política cínica da burocracia cutista/forcista. A bandeira de redução dos juros é do interesse dos industriais e comerciantes. A de redução da jornada sem reduzir os salários espelha o cinismo dos burocratas que têm feito acordos exatamente o contrário.

A convocatória falseia o caráter da crise e sua dimensão. Dá uma fórmula para combatê-la e superá-la. Eis: “A precarização, o arrocho salarial e o desemprego enfraquecem o mercado interno, deixando o país vulnerável e à mercê da crise, prejudicando fundamentalmente os mais pobres, nas favelas, nas periferias. É preciso cortar drasticamente os juros, reduzir a jornada sem reduzir os salários, acelerar a reforma agrária, ampliar as políticas públicas em habitação, saneamento, educação e saúde, e medidas concretas dos governos para impedir demissões, em particular aos 4.270 funcionários da Embraer, ressaltando que estamos na luta pela readmissão”.

As burocracias querem que os explorados saiam em defesa do mercado interno. Querem fazer crer que com a reanimação da economia se protegerá o país em geral e os pobres, favelados, em particular. Querem que esqueçamos que as favelas e a miséria têm crescido mesmo com o mercado em alta e com a indústria produzindo muito.

A precarização, o arrocho salarial e o desemprego não foram amenizados na última década de crescimento. Pelo contrário, as burocracias pactuaram acordos de flexibilização com as multinacionais, assumiram que não havia mais razão de campanhas por aumentos salariais, apregoaram os PLRs, adaptaram-se à terceirização, ao regime de trabalho temporário, aceitaram os PDVs e colaboraram com a alta rotatividade da mão de obra. Essa brutal investida contra a força de trabalho e a vida das massas foi aceita e defendida pelas burocracias cutistas e forcistas em nome do crescimento econômico, da estabilidade política e do emprego.

A verdade é que CUT e Força Sindical, com seu sindicalismo de resultados e com suas ações afirmativas, desarmaram a classe operária durante anos e a conduziram para a crise de mãos e pés amarrados. Agora, fazem coro com a Fiesp em torno da redução dos juros, como se fosse uma saída para a crise e para o desemprego.

Certamente, os burocratas não pensariam em defender a cancelamento das dívidas dos assalariados pobres, que pagam

juros lesivos. Nem estatizar os bancos sem indenização para pôr fim à especulação e ao parasitismo financeiro. Nem mesmo o cancelamento da dívida pública, que empurra os juros para cima e deixa o governo nas mãos dos banqueiros nacionais e internacionais. Para tais mudanças, não vale o argumento do mercado interno.

O que a CUT e Força querem é levar adiante a pressão da Fiesp sobre o governo e deste sobre o Banco Central para rebaixar a taxa de juro e equilibrar os interesses do capital frente à crise. O ato do dia 30 serviu também para os burocratas ressaltarem seu apoio à redução de impostos (IPI) a multinacionais, de forma que protejam seus lucros. A historietinha de que desta vez o subsídio fiscal será acompanhado da contrapartida de não se demitir serve de máscara para a política de apoio da burocracia ao grande capital.

E a bandeira de “reduzir a jornada sem reduzir os salários”? Cínicos! Já fizeram inúmeros acordos de redução salarial, bancos de hora e PDVs, com o argumento de garantir empregos. Há tempo que os burocratas pleiteiam junto ao governo e ao parlamento a redução da jornada de 44 para 40 horas. Não defendem seriamente o emprego.

E a reivindicação de “acelerar a reforma agrária”? Cínicos! Não se pode acelerar o que não existe. Os escassos assentamentos, a custo de ouro na desapropriação de terras, e a situação de miséria dos assentados nem de longe se parecem com uma reforma agrária.

E sobre a Embraer, o que significam medidas concretas dos governos para impedir as demissões? De que vale dizer: “ressaltando que estamos na luta pela readmissão”? Palavreado ao vento para um dia de festa e discursos.

Frente única contra as demissões e pelo emprego?

O Dia Nacional de Luta não cumpriu seu objetivo de levar para a classe operária e demais explorados as reivindicações que lhes permitem fazer frente à crise, às demissões, ao desemprego e a miséria da maioria. Ao contrário, a Conlutas considera que representou um importante passo de frente única entre as centrais. Zé Maria destaca: “Apesar das diferenças entre as centrais sindicais, a unidade foi importante, justamente para assegurar a vitória dessas mobilizações e fortalecer a resistência que os trabalhadores desenvolvem para conter a onda de demissões ou tentativas das empresas de reduzir salários e direitos.”

Uma frente única sempre será “apesar das diferenças entre as centrais sindicais”. Ocorre que essas diferenças foram borradas pela Convocação que determinou as bandeiras. Ou a Conlutas/PSTU está de acordo com a bandeira de rebaixamento dos juros? Está de acordo em vincular a bandeira do emprego com a redução dos juros? Concorde com a defesa do mercado interno, como via de proteção dos empregos? Uma frente única sob bandeiras estranhas à classe operária significa colocar-se por detrás do aparato burocrático da CUT e Força Sindical.

O PSTU encabeçou a divisão da CUT e formação de uma



nova central sobre o argumento de que esta tinha se tornado “chapa branca” e que se tinha tornado uma caixa oca. Pois bem, a CUT e Força Sindical estabeleceram uma frente única de defesa da política de Lula para a crise, de administração do descontentamento dos operários e realização de acordos frente às demissões. Essa frente se impôs no 30 de março.

As burocracias cutistas e forcionistas não sentiam sob seus pés o chão tremer, o controle da classe operária estava intacto e sua política de conciliação não sofria nenhum abalo. A bandeira de redução de juros e a linha de apoiar a ajuda governamental às multinacionais com a bandeira de contrapartida de manutenção de emprego poderiam ser projetadas com o Ato Internacional Unificado contra a Crise. A CUT e a Força Sindical imprimiram esse conteúdo na tal unidade, de forma que todos assinaram a Convocação e não criticaram as bandeiras burguesas. Que frente única é essa?

Justamente porque não era possível, nesta situação, uma frente única sob as bandeiras da classe operária e para a ação direta unificada é que a Conlutas deveria se distinguir por não assinar a convocatória ditada pela burocracia e comparecer com a defesa de uma frente de ação concreta.

A Conlutas reivindica o mérito de ter colocado, desde o Fórum Social, o Dia Nacional de Luta, para o dia 1º de abril. A CUT não aderiu e marcou dia 27. A Conlutas recuou. Não tinha força para arrastar as demais centrais. Negociou o dia 30. Não teve como impor suas bandeiras. Assinou a convocatória da burocracia chapa branca. Não criticou em seus materiais a linha pró-Fiesp da CUT e Força Sindical. Uma frente única com a burocracia, com o reformismo ou com o estalinismo (CTB) tem de ser para a ação de massa em defesa dos interesses da classe operária. Não se deve mesclar programa, bandeiras ou idéias políticas.

A Conlutas foi pega pelo turbilhão da crise. Mostrou-se frágil, sem capacidade de dirigir uma fração proletária em luta contra a ofensiva capitalista. Na sua principal trincheira – o Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos – a Ford e a Embraer impuseram as demissões, sem que os operários saíssem para o combate. Tudo terminou no teatro do TRT. Assim, a Conlutas não pôde se projetar para o restante da classe operária e ganhar forças diante da burocracia cutista e forcionista. É nestas condições que participou junto com a CUT, Força Sindical, CTB etc no Dia Nacional de Luta.

Mas sua mais grave fraqueza se deu no campo político, tático e programático. Político: aceitou a diretriz imposta pelas burocracias. Tático: confundiu o ato burocrático com frente única. Programático: assinou uma convocatória que defende soluções capitalistas para a crise.

Nos acontecimentos, verificamos com que programa e com que arma se luta

Sem dúvida, a crise e suas consequências obrigam a respostas imediatas e mesmo pontuais, de forma que permitam iniciar a luta. É o caso em que um determinado capitalista propõe, por exemplo, reduzir jornada com redução salarial. A resposta de “redução da jornada sem reduzir salário” pode ser uma exigência da situação. Permite ao sindicato explicar aos operários que “emprego não se negocia, que se luta por ele”, que o capitalista resolva o excesso de produção simplesmente



*Manifestação foi sob as bandeiras burguesas, como a redução da taxa de juros reduzindo a jornada e que não aceitamos a redução dos salários para proteger seus lucros. O mesmo se passa com a bandeira da estabilidade, que serve à luta contra a liberdade dos proprietários dos meios de produção de destruírem postos de trabalho e de demitirem.*

Mas é preciso ter claro que essas reivindicações não respondem ao desemprego e à miséria que assolam milhões, que, mesmo no auge do crescimento econômico, continuarão a esmagar a vida das massas.

O agravamento do desemprego e da miséria no momento de crise facilita a tarefa revolucionária de unir empregados e desempregados. A classe capitalista já não pode contratar e demitir como rotina normal econômica, já não pode esconder os fundamentos da exploração, da força de trabalho como mercadoria especial criadora de mais-valia e do exército de desempregados e subempregados. Ater-se às bandeiras de “redução da jornada, sem redução dos salários” e de “estabilidade” é um erro que comprometerá a tarefa de unir empregados e desempregados, que retardará o avanço da luta anticapitalista e que poderá se limitar ao reformismo sindical.

Nota-se que a redução da jornada é formulada genericamente, porque se imagina aplicá-la caso a caso. A burocracia cutista a usa para mascarar seus acordos que redundam em perdas salariais e mesmo demissões por meio do PDV. Há aqueles que inventam progressão, como “redução da jornada de trabalho sem redução salarial até que se tenha emprego a todos”.

As reivindicações e tarefas não são criadas arbitrariamente e não se guiam por qualquer vontade subjetiva. Correspondem às leis de exploração capitalista do trabalho e às situações concretas. A bandeira de “redução da jornada sem redução salarial” é genérica, não está de acordo com a dimensão concreta da crise e com as tarefas da luta de classe. “Estabilidade no emprego” é limitada. Por outro lado, não expressam o programa proletário para a crise. O seja, não correspondem ao programa de transição, que une as reivindicações elementares às tarefas socialistas de tomada do poder e expropriação da burguesia.

A orientação política que está por detrás de tais formulações indica a posição de que tais reivindicações são as possíveis da situação. No entanto, o imediatismo do possível não corresponde à situação do capitalismo em desintegração e à profundidade da crise.

A maioria das esquerdas que se reivindicam marxistas converge para a conclusão de que se trata da crise estrutural do capitalismo e que não lhe há outra saída senão a barbárie (destruição de forças produtivas, desemprego em massa, fome, xenofobia, repressão, guerras etc). No entanto, não levanta o programa, as reivindicações e tarefas à altura dos acontecimentos. Sabemos do argumento de que o proletariado está desorganizado, despolitizado e preso ao baixo grau de consciência de classe. O que é incontestável. Mas é contestável se utilizar de tal constatação para não se propagandear, agitar e organizar lutas com o programa proletário para a crise. É contestável se adaptar à crise e ao atraso político do proletariado frente ao capitalismo que se decompõe.

Como faremos para os explorados se defenderem frente à barbárie? Quais tarefas colocamos para vencer o atraso? O que faremos para superar a desorganização? Não podemos encarar tais perguntas sem a principal arma do proletariado: o seu programa revolucionário e método de luta. Há uma clara renúncia e rejeição das esquerdas “marxistas” em admitir e assumir que o ponto de partida para enfrentar a ofensiva de demissões, desemprego e miséria é a escala móvel das horas de trabalho, controle operário da produção, abertura de toda contabilidade e salário mínimo vital com escala móvel de reajuste. Frente às demissões, greve com ocupação de fábrica. Frente ao fechamento de fábrica, estatização sem indenização, sob controle operário. Frente aos bancos e agências financeiras que bloqueiam os créditos, que especulam com a taxa de juro e que pedem socorro ao Estado, estatização sem indenização, sob o controle operário. Frente à crise internacional e à ofensiva imperialista de saque, expropriar as multinacionais e nacionalizar o comércio exterior.

O princípio em questão é o de atuar na luta de classe com o programa e não com esta ou aquela bandeira isoladamente, por mais acertada que seja a uma determinada situação. A tarefa de unir os explorados contra os ataques capitalistas pressupõe o programa proletário, sua orientação estratégica da revolução social e suas bandeiras que expressam os interesses gerais do conjunto dos explorados.

A crise, inclusive, exige e possibilita a aproximação da classe operária com os camponeses e a pequena burguesia urbana. Os camponeses se ressentirão ainda mais a perda das terras, a opressão latifundiária e do agronegócio. A tendência é dos camponeses pobres se aproximarem num primeiro momento do proletariado agrícola, por sua proximidade local e social. O fundamental está em que o proletariado se destaque na crise com seu programa de classe, de forma que as aspirações e reivindicações dos camponeses possam ser respondidas. A pequena burguesia urbana vem sendo golpeada pelo desemprego e pelos baixos salários. A estreiteza dessa classe somente será superada caso o proletariado em luta com seu programa ganhe sua confiança.

A posição sindicalista de enfrentar a crise e as demissões com bandeiras isoladas fecha a possibilidade de unir o proletariado e a maioria explorada em um único movimento de ataque ao capitalismo. Também há o reconhecimento entre as esquerdas “marxistas” de que é preciso construir o partido. No entanto, não se mostram propensas a enfrentar a crise com o programa de transição.

## **Manifesto do POR ao Dia Nacional de Luta**

**Aos trabalhadores e à juventude oprimida**

# **Enfrentar a crise com o programa e método de luta da classe operária**

As demissões em massa nos últimos meses são apenas reflexos imediatos da crise capitalista. As consequências, no entanto, são muito mais amplas. Os capitalistas intensificam a exploração, os salários sofrem redução, os ganhos médios da população caem e a concorrência da mão-de-obra na procura do emprego aumenta.

Esse encadeamento de consequências nefastas à vida dos explorados não pára aí, tende a piorar. Ocorre que a destruição de milhares e milhares de postos de trabalho não afeta apenas aqueles que foram demitidos. Indica que a economia parou de crescer, que caminha para a recessão e que centenas de milhares de jovens não terão seu primeiro emprego. Mais ainda, na fase de crescimento, o capitalismo emprega apenas uma parte dos jovens e incorpora uma pequena parte dos desempregados.

O desemprego é uma chaga social necessária ao funcionamento do capitalismo. Não por acaso, faz parte das estatísticas na forma de taxa de desemprego. As demissões em massa incham o imenso reservatório que é o exército de desempregados e subempregados.

Em resumo: a crise provoca desemprego em massa, inunda o exército de desempregados, desvaloriza a força de trabalho e amplia a miséria da maioria.

Os capitalistas usam as demissões, o desemprego massivo já existente e a própria miséria para aterrorizar os explorados com o objetivo de proteger suas propriedades, seus capitais e suas riquezas. Fecham fábricas, desativam a produção, reduzem salários e exigem proteção do Estado. É o que está acontecendo desde que a crise estourou em setembro do ano passado.

A Vale do Rio Doce, a GM, Embraer e centenas de outras fábricas, de um lado demitem, ou então impõem redução dos salários; de outro, o governo Lula reduz impostos, usa os recursos do FAT/Fundo de Garantia para subsidiar empréstimos e libera capital para banqueiros. Assim, a classe capitalista usa de todos os meios para se proteger.

E a classe operária, como deve agir? O que tem a defender? O proletariado tem um programa próprio e capacidade coletiva para enfrentar a crise e as medidas capitalistas. Mas não está de posse do programa porque ainda não tem seu partido revolucionário. Não usa a força coletiva porque está sob a direção política da burguesia. Quem exerce essa direção é a burocracia sindical da CUT, vinculada ao PT, e da Força Sindical, vinculada ao PDT. A Conlutas, que se propõe independente da burguesia, se mostra organizativamente débil para a tarefa de levantar as massas em luta, não está à altura da tarefa de derrotar a burocracia petista/forcista, e não se coloca consequentemente pelo programa proletário para a crise.



Os trabalhadores têm necessidades e razões para se levantar por todo o País pelo emprego, fim das demissões, estabilidade e defesa dos salários, que são ponto de partida para avançar o programa anticapitalista e antiimperialista. No entanto, as direções sindicais da CUT/PT, Força/PDT, CTB/PCdoB etc agem no sentido contrário da organização e mobilização da classe operária empregada e desempregada.

O Partido Operário Revolucionário em construção participa do Dia Nacional de Luta dizendo aos trabalhadores que se trata de uma manobra da burocracia cutista, forcista e cetebista que sustenta o governo burguês de Lula e que defende bandeiras da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp). Essa direção sindical pró-patronal permitiu que o patronato demitisse à vontade, isolou os operários que resistiram e fez acordos de redução do salário, banco de horas, PDV etc. A Conlutas está a reboque.

O Partido Operário Revolucionário chama os operários e a juventude a se colocarem por:

1. Rechaçar as bandeiras da CUT/PT, Força/PDT e CTB/PCdoB de apoio aos capitalistas, como de redução de juros, empréstimos subsidiados, corte de imposto (IPI). Rechaçar o apoio à política do governo Lula de favorecer multinacionais e grandes grupos nacionais. Denunciar que a contrapartida exigida pela burocracia ao governo de que os capitalistas não demitam é falsa e mascara sua defesa de que o Estado tem de proteger a propriedade e o lucro da classe capitalista. Rechaçar os acordos de redução dos salários, bancos de hora, PDV etc., que servem aos capitalistas.

2. Exigir que a Conlutas retire sua assinatura da Convocatória do Dia Nacional de Luta, cujas reivindicações não respondem à crise, à luta contra o desemprego e à defesa da vida das massas. A Convocatória da CUT, Força, CTB etc chama os pobres e oprimidos a defenderem redução de juros como saída para a crise e defesa do emprego. Trata-se de uma briga entre industriais, comerciantes e banqueiros, bem como disputa burguesa em torno da política econômica. A bandeira de redução da jornada sem redução dos salários consta da Convocatória demagogicamente, uma vez que inúmeros acordos de redução salarial e de banco de horas foram assinados pelas burocracias que controlam as Centrais. Não será com mentiras, falsificações, hipocrisia e cinismo que se conquistará a frente única sindical, instrumento de unidade das forças proletárias contra a classe capitalista. Está colocada a defesa da frente única entre todas as organizações operárias, camponesas e populares, mas não em torno de bandeiras pró-capitalistas. Ao assinar a Convocatória pró-capitalista, pró-política governamental e pró-Fiesp, a Conlutas viola suas colocações públicas. E, ao lançar sua Convocatória própria sem rechaçar as bandeiras pró-Fiesp e as posições traidoras das burocracias, a Conlutas borra as diferenças.

3. Comparecer e atuar no Dia Nacional convocado pela burocracia como fração classista e revolucionária. A vanguarda militante e os trabalhadores devem empunhar as reivindicações que oponham os explorados aos exploradores. Lutar por um movimento que una empregados e desempregados pela escala móvel das horas de trabalho, estabilidade no emprego, controle operário da produção e abertura de toda contabilidade da classe capitalista. As reivindicações de readmissão e de redução da jornada, sem redução dos salários, voltadas para situações particulares, estão ligadas à luta geral contra toda

demissão e pelo fim de todo desemprego e subemprego, por meio da escala móvel das horas de trabalho.

4. Dirigir as reivindicações aos capitalistas e ao governo para que cessem imediatamente as demissões e atendam as exigências da classe operária. Não o farão. A luta de classe é que decidirá. A organização independente e o programa de luta, levados adiante pela ação direta, por greves, manifestações, ocupações e outras formas, permitirão os explorados acumular forças e avançar com seu programa antiimperialista e anticapitalista. Trata-se de ilusão e superficialidade traçar uma tática de superação das ilusões dos explorados frente ao governo Lula com a bandeira de "medida provisória emergencial que garanta estabilidade no emprego", como faz a Conlutas. Não se trata de reivindicar um instrumento do Estado, quaisquer que sejam, mas sim de exigir que a burguesia e o governo atendam as reivindicações, em situação de confronto de classe.

5. Defender a constituição de comitês locais, regionais e nacionais de luta contra o desemprego e em defesa do programa proletário para a crise. Para barrar as demissões, é preciso unir empregados e desempregados. A convocação de assembleias sindicais e populares para formar os comitês e unir dos explorados é por onde se tem de começar. A burocracia colaborou com o patronato para que as demissões ocorressem sem resistência alguma. Agora, diante da possibilidade de agravamento da crise, e da revolta que virá, os burocratas prepararam-se para canalizar o descontentamento. Estão preocupados também com as eleições presidenciais. Como se vê, a defesa da unidade operária e popular passa pelo combate à política pró-capitalista da burocracia e pelo trabalho de pôr em pé organismos de base, independentes, democráticos e de luta.

6. Construir o Partido Operário Revolucionário. Nem o reformismo, nem o centrismo de esquerda poderão organizar a classe operária para enfrentar a crise e ajudá-la a conquistar independência política. Isso por que nenhum, nem outro expressam o programa histórico do proletariado internacional de destruir o capitalismo. Frente a sua desintegração e às pressões da classe capitalista, o reformismo se revela sustentáculo dos interesses capitalistas. E o centrismo se mostra incapaz de combater o reformismo, sua burocracia sindical e se limita a diferenciações com bandeiras estritamente particulares da situação. Não por acaso, o reformismo ataca o programa transitório, que tem à frente bandeiras como escala móvel das horas de trabalho. E o centrismo o desfigura em reivindicações isoladas, omite a defesa da escala móvel e chega inclusive a se opor. O programa do Partido Revolucionário combina necessariamente as reivindicações pontuais como as reivindicações transitórias que levam o proletariado à luta pela derrocada do capitalismo e transformação da propriedade privada dos meios de produção em socialista. A classe operária foi tomada de surpresa pela crise e pelas demissões porque não tem seu partido revolucionário e se encontra desarmada pela política da burocracia direitista e reformista. Chamamos a classe operária, demais explorados e a juventude oprimida a se colocarem pelo programa do Partido Operário Revolucionário, que é o Programa de Transição da IV Internacional, aplicado nas condições atuais e particulares do capitalismo.

**Organizar o movimento nacional dos explorados sobre o programa antiimperialista e anticapitalista**

# A 45 anos do golpe militar

No dia 1º de Abril de 1964, o presidente da República, João Goulart, abandonou o cargo e fugiu como coelho assustado. Justificou que seu gesto foi uma decisão para evitar derramamento de sangue. Assim, na noite deste dia, o latifundiário e presidente do Senado Auro Moura Andrade declarou vago o posto presidencial. O presidente da Câmara Federal Ranieri Mazzilli o assumiu formal e legalmente.

Sem reação alguma, caía o governo nacionalista. A ala mais radical defensora do governo, representada por Leonel Brizola, se mostrou isolada e incapaz de realizar a façanha anterior que garantiu a posse de João Goulart, em virtude da renúncia intempestiva de Jânio Quadros.

No dia 9 de abril, os comandantes do Exército e da Aeronáutica editaram o primeiro Ato Institucional (AI 1), que dava poderes à Junta Militar. Abria-se um longo período de repressão aos movimentos sociais: as Ligas Camponesas foram o alvo primordial, por ter constituído uma fração armada; os estudantes devido à agitação nas universidades e capacidade de ganhar as ruas. Nas Forças Armadas, a reação desencadeou o expurgo. A prática da tortura contra os adversários do golpe militar ganhou os primeiros contornos, acobertada pelo general Ernesto Geisel, Chefe da Casa Militar.

Abolidas as eleições, o Congresso fantoche, em 15 de abril, elege o general Humberto Castelo Branco para presidente. Para dar continuidade ao regime militar, Castelo Branco edita o AI 2, em outubro de 1965, que consagra a eleição do presidente pelo Congresso, com voto nominal. Os partidos Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB) estavam destinados a seguir orientação do governo militar e dar prosseguimento à ditadura. O AI 3, de fevereiro de 1966, tornou as eleições estaduais em indiretas, ficando a cargo das Assembléias legislativas.

Em janeiro de 1967, o Brasil tinha uma nova Constituição, confeccionada de acordo com os fundamentos centralizadores e repressivos da ditadura militar. Para isso, Castelo Branco editou o AI 4. Findava seu mandato, que passou a ser exercido pelo general Artur da Costa e Silva, a partir de março de 1967.

Mas a ditadura não tinha conseguido sufocar completamente os movimentos. Estudantes, professores, intelectuais e artistas ganham as ruas em 1968, em protesto contra a ditadura e a repressão. O assassinato do secundarista Edson Luís pela Polícia Militar em um protesto, em março, foi um estopim da mobilização. Em junho, ocorreu a passeata dos 100 mil, sob a bandeira de liberdades democráticas.

Em seguida, eclodiu a greve metalúrgica em Contagem, Minas Gerais, que começou na Belgo Mineira e se estendeu para outras fábricas. Em São Paulo, Osasco, os operários da Cobrasma decretam greve, ocupam a fábrica e resistem à intervenção policial. Foi necessário um aparato de guerra para arrancá-lo da Cobrasma.

Sob o governo Costa e Silva, também se iniciava a resistência armada de correntes foquistas, como Aliança Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Ação Popular (AP) etc. A agitação nas ruas, nas fábricas e universidades incentivaram discursos oposicionistas no Congresso.

O governo, então, edita o AI 5, ampliando definitivamente os poderes da ditadura. A repressão começa por esmagar as lutas e caminha para liquidar as correntes de esquerda, começando por aquelas que passaram à resistência armada.

O mandato de Costa e Silva é abreviado pela doença. Em outu-

bro de 1969, a Junta Militar elege o general Emílio Garrastazu Médici o novo ditador. O País já estava mergulhado numa repressão sem precedentes. O Centro de Informação da Marinha vinha cumprindo papel de prisão e câmara de tortura dos adversários. O sistema se estende e se aperfeiçoa. O II Exército de São Paulo cria a Operação Bandeirantes (Oban), que por sua vez se desdobrou no Destacamento de Operações e Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Militares e policiais caçavam militantes, escondiam-nos nas masmorras, torturavam, assassinavam, simulavam morte por fuga, suicídio e, em muitos casos, desapareciam com os corpos.

Em 1971, os grupos foquistas estavam praticamente dizimados; em 1975, a ditadura tinha o controle total, liquidando o que restava da guerrilha do Araguaia, organizada pelo PCdoB.

A ditadura contou em seu favor com o bom momento econômico dos anos 1969 até 1973 – conhecido pelo “Milagre Brasileiro”. Quando findava o ciclo do “milagre”, Médici entrega o governo a Geisel, que se vê pressionado pela crise do petróleo, pela divisão interburguesa, pela volta do descontentamento da classe média e pela impossibilidade de manter a classe operária calada pela força.

Já em 1974, o general adota mudanças de descompressão política, necessária para se reconstituir os partidos da burguesia e os aparatos de contenção da luta de classe, que não seja mais puramente a violência do Estado. No seio da ditadura e das instituições repressivas criadas por elas, não é ponto pacífico a “abertura política”. A tortura e as mortes continuam a ocorrer.

O crescimento eleitoral do MDB para o parlamento e o enfraquecimento da Arena indicam repúdio das massas à ditadura. Geisel se viu na contingência de editar uma lei eleitoral, conhecida por Lei Falcão, referente ao nome do ministro da Justiça, que impôs limites à propaganda, de forma a anular o MDB. O conjunto de medidas restritivas ficou conhecido por “Pacote de Abril”. Mas a ditadura se mostrava debilitada, era questão de tempo para se reconduzir ao poder os partidos da burguesia.

Em 1978 e 1979, o movimento operário reinicia a sua reorganização e retoma as lutas, tendo à frente os metalúrgicos do ABC. Em outubro de 1978, o general João Batista Figueiredo, é eleito sucessor de Geisel, no Colégio Eleitoral. A sucessão já não foi tranqüila. A oposição burguesa apresentou o general Euler Bentes Monteiro, com a bandeira de democratização. Logo sobreveio a crise econômica, com a recessão de 1981/82. A “abertura política, lenta e gradual” tinha de continuar.

Figueiredo assumiu a bandeira da anistia, preparando a entrega do poder aos partidos, que já se reordenavam e rompiam o bipartidarismo. (em fins de 1979, o governo fez aprovar uma Lei Orgânica dos Partidos). A anistia servia aos propósitos dos torturadores, dos responsáveis pela repressão e aos da oposição burguesa, que queria uma saída negociada com o regime militar.

Nas eleições de 1982, participou o mais novo e distinto partido – o PT, que foi idealizado em 1978 e desde então passou a ser organizado por sindicalistas, correntes de esquerda e setores da Igreja.

Impulsionadas por greves, as direções sindicais iniciam um processo de aglutinação organizativa. Em agosto de 1981, realiza-se primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat). Em 1983, a ala do sindicalismo ligada ao PT funda a CUT.

Essa corrente levanta a bandeira de “Diretas, Já”, em 1983. No

ano seguinte, o PMDB passa a fazer parte e toma a frente das manifestações, dando a elas caráter institucional e saída negociada com a ditadura moribunda.

O golpe militar pôs fim a ciclo do nacionalismo burguês iniciado com a denominada Revolução de 30, encabeçada pelo getulismo. João Goulart foi o último elo desse processo histórico. Caiu agarrado na demagogia das Reformas de Base, às quais o PCB apoiava e postulava como soluções a serem praticadas pela burguesia nacional progressista. A política de aliança com a burguesia e de apoio ao governo nacionalista afundou definitivamente o estalinismo. As inúmeras organizações que recorreram ao foco armado predicavam o nacionalismo, cada qual a seu modo. Sofreram violenta repressão, perderam quadros aguerridos. Carregam a responsabilidade de terem se afastado da classe operária e retardarem a tarefa de construir o partido revolucionário.

Há quem imagine que a ditadura militar é apenas fato histórico passado. Não se vê que a abertura, a transição pacífica e a reestruturação do regime político incorporaram instituições da ditadura e carregam em seu seio os métodos ditatoriais. Não se pode separar a ditadura militar da burguesia. O golpe e o afastamento da fração burguesa e pequeno-burguesa nacionalista (brizolismo etc) do manejo do poder serviram para dar passagem à penetração do capital multinacional, que ganha força a partir de meados dos anos 50. A militarização do Estado e a centralização totalitária foram impostos pelo grande capital, que hoje continua a comandar o governo “democrático de Lula”.

## Crimes da ditadura militar – qual verdade se busca?

A Lei da Anistia foi promulgada em agosto de 1979. Vinte e oito anos depois, portanto em agosto de 2007, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República editou o dossiê *Direito à Memória e à Verdade*, em que se demonstram as mortes e os desaparecimentos de combatentes à ditadura militar. O considerável lapso de tempo indica o quanto as forças ligadas ao regime militar continuaram a vigorar no interior do Estado e a influenciar a política burguesa. Mas no seio de uma camada da classe média, a mais politizada e intelectualizada, desde sempre foram denunciados e cobrados os crimes políticos da ditadura. O mais expressivo resultado foi o documento *Tortura Nunca Mais*, para o qual uma ala da Igreja foi decisiva.

O documento da Secretaria dos Direitos Humanos é produto de onze anos de trabalho da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, que foi instituída em 1995. Apurou-se com precisão documental o número de vítimas, constando para cada uma delas uma ficha que inclui a corrente a que pertencia e um resumo da circunstância da morte ou desaparecimento.

A Comissão vasculhou documentos, reportagens e usou depoimentos. Nem todas as circunstâncias de prisão e morte puderam ser identificadas, mas boa parte sim e todas as vítimas têm o número do processo. Há que se ressaltar o fato das apurações desvendarem e desmentirem as falsas alegações para as mortes apresentadas pela polícia política e apontarem os nomes dos desaparecidos. Estamos, assim, diante de um valioso retrato do terror de Estado, que ganhou projeção a partir de 1968.

Pode-se concluir que ficou pendente a identificação dos responsáveis diretos e indiretos pelas torturas, mortes e desaparecimentos. A Comissão investigou casos de tortura, morte e desaparecimentos, mas não os torturadores, os assassinos e os covardes que ocultaram cadáveres. Por essa consideração, o direito à memória e à verdade ficou no meio do caminho, tanto em relação à história quanto à responsabiliza-

ção criminal. Mas o documento vale por mostrar os crimes da ditadura militar, denunciá-los e colocá-los perante o juízo da História.

Não se deve esperar que o mesmo Estado burguês ao qual a ditadura militar serviu pudesse ou possa expor integralmente seu braço armado, por mais democratizado que esteja. A prova está em que a Comissão Especial dos Direitos Humanos não teve ao seu alcance a tarefa expor a estrutura repressiva do Estado – Forças Armadas, polícia, judiciário – e suas mais profundas motivações históricas para praticar tamanha barbárie contra movimentos sociais, sindicalistas, militantes de esquerda, políticos burgueses, religiosos e intelectuais. Por isso, o documento expõe apenas os crimes e não os criminosos. Os porões da ditadura continuam protegidos pela densa noite.

As denúncias dos movimentos sociais, dos presos seviciados e do Tortura Nunca Mais abriram clareiras de luz, que arrancaram das trevas alguns rostos de carrasco. O dossiê da Comissão não conferiu plenamente o direito à verdade e à memória, porque as vítimas indefesas dos calabouços e os mortos desaparecidos tiveram seu destino atado ao do de seus algozes. Por outro lado, a tragédia individual não deve ser isolada da tragédia social. E não se deve desconhecer ou abolir as raízes da violência da sociedade de classe.

O objetivo inscrito na apresentação do *Direito à Memória e à Verdade* explicita bem a limitação política e institucional da Comissão. Eis: “O lançamento deste livro na data que marca 28 anos da publicação da Lei de Anistia, em 1979, sinaliza a busca da concórdia, o sentimento de reconciliação e os objetivos humanitários que moveram os 11 anos de trabalho da Comissão Especial”.

Não podemos aceitar que se transforme o direito à memória e à verdade em um rol de casos para que a famílias tenham em paz seus mortos e recebam uma indenização. Os mortos, torturados e perseguidos pertencem às lutas, às convicções, certas ou erradas, que defenderam. Não há nada a indenizar! São mártires da luta contra o golpe reacionário de 1964. Não há nada a conciliar e não há com quem buscar a concórdia.

Os vencedores continuaram vencedores. Cumpriram seu papel na história de vencer a classe operária, os camponeses e a juventude em abril de 1964, de sufocar a resistência das lutas sociais em 1968, de destroçar na década de 1970 a reação armada de correntes que avaliaram ser possível derrotar militarmente a ditadura, isoladas da classe operária e de encerrar o ciclo do nacionalismo burguês iniciado em 1930.

Esgotada a ditadura para os interesses da burguesia, os vencedores, sob pressão do movimento democratizante, cumpriram finalmente seu papel de se afastar do comando governamental do Estado. Mas, para isso, exigiram um acordo que resguardava as Forças Armadas, a Polícia, o Judiciário, os políticos, os capitalistas diretamente colaboradores, os mentores externos que patrocinaram o golpe etc. O acordo: a Lei de Anistia.

## Anistia para os derrotados?

O direito à memória e à verdade exige o reconhecimento de que a Lei da Anistia não foi concebida para os derrotados, mas para os vencedores.

A ditadura estava esgotada, não tinha como dar conta da nova situação de crise econômica aberta em meados de 1970. Mergulhara em escândalos de corrupção. Não mais podia bloquear a tendência da classe operária voltar à luta. As camadas mais pobres da classe média já não assimilavam a propaganda do nacionalismo militar do “ame-o, ou deixe-o”. E a oposição consentida (MDB) ganhava terreno



frente ao partido da ditadura (Arena).

O governo do general Figueiredo se encontrava encurralado. Não havia espaço para mais uma sucessão promovida na Junta Militar, à margem do MDB que serviu de canal ao descontentamento popular, de forma a desviá-lo e condicioná-lo a uma transição concertada nos bastidores do Estado, sob a bandeira de “Diretas, já”. Era questão de tempo para que a ditadura caísse e os direitos de uma democracia burguesa fossem estabelecidos.

A Lei da Anistia, portanto, fez parte da transição por cima, de forma a resguardar os crimes da ditadura e conservar ao máximo os segredos de Estado. No entanto, foi apresentada como uma dádiva aos exilados, aos conscritos e aos presos, que, aliás, continuaram presos por um bom tempo.

As forças da repressão não apenas atacou as correntes de esquerda armada, mas também importantes posições do nacionalismo, representado pelo presidente João Goulart, por governadores como Brizola, Arraes, parlamentares e religiosos da alta hierarquia. A hipótese de que João Goulart tenha sido assassinado no exílio é altamente provável. Vários representantes do grupo dos 11, brizolista, tiveram as vidas arrancadas. As mortes atingiram de simples operários, estudantes e camponeses sem vínculo com as organizações políticas a vereadores, prefeitos, oficiais das Forças Armadas etc. Ressalta ainda a matança no Araguaia em função da guerrilha rural organizada pelo PCdoB. Inúmeros presos foram torturados, executados e seus corpos ocultados na floresta.

A Comissão Especial apurou 339 casos de mortos e desaparecidos que não constavam da lista de 135 casos de desaparecidos do movimento pelos direitos humanos. O que perfaz 474 mortos e desaparecidos reconhecidos. Como então manter nas masmorras e nos arquivos do aparato militar-policial tamanho segredo? Se houve um acordo para transitar a ditadura para a democracia eleitoral, se foi possível uma Lei da Anistia que livrou a ditadura de investigação e julgamentos, por que não seria possível um acordo em que o Estado reconhece seus atos ilegais, presta contas às famílias e as indeniza? Até esse ponto é do interesse dos militares. O problema começa quando surge no âmbito do acordo uma diferença: considerar a tortura como crime não passível de anistia e pleitear a abertura dos arquivos da ditadura militar.

## Haverá punição? Os arquivos serão abertos?

A publicação do *Direito à Memória e à Verdade* abriu e remexeu a gangrena que havia sido ocultada. A Comissão Especial não apurou responsabilidades. Mas trouxe à tona as questões: devem os assassinos e torturadores continuarem à sombra de sua obra? Quem são os responsáveis? Trata-se de responsabilidade individual? Mas a Lei da Anistia não serve tanto ao torturador quanto aos que pegaram em armas? A anistia não foi um acordo que igualou vencedores e vencidos, torturadores e torturados? Não seria revanche e vingança depois de quase três décadas voltar às feridas? Já não houve conciliação e concórdia? Não é suficiente que o Estado reconheça os mortos, localize se possível os desaparecidos e se mostre humanitário dando às famílias o direito à memória e a uma indenização? Como abrir os arquivos se há sigilo de questão de segurança nacional?

As respostas dependem dos meandros jurídicos. Por essa via, não haverá punição alguma.

O caso mais notório é o do coronel reformado Carlos Alberto Brilhante Ustra e do ex-comandante do Destacamento de Operações de Defesa Interna, famoso DOI-CODI de São Paulo. O Ministério Públi-

co Federal, em maio de 2008, entrou como uma ação na Justiça para responsabilizar os dois agentes da repressão como responsáveis pela morte e desaparecimento de 64 presos políticos. Em novembro, o juiz Clécio Brashi bloqueou a ação com a justificativa de que cabe ao Supremo Tribunal Federal (STF) decidir se os torturadores e assassinos de presos políticos estão cobertos ou não pela Lei da Anistia.

Em julho deste mesmo ano, Tarso Genro, Ministro da Justiça, em audiência pública, se pronunciou a favor do processo contra “agentes públicos” que cometeram crime de tortura e assassinato. Militares questionaram Tarso. Nelson Jobim, Ministro da Defesa, serviu de porta-voz da caserna. Do alto do STF, Celso de Mello foi claro na defesa de que a Lei da Anistia pôs uma lápide sobre todos os acontecimentos.

Em agosto, o Clube Militar convocou um ato de desagravo e acusou que o governo Lula está rodeado de personalidades que no passado praticaram o terrorismo e todos se beneficiaram da anistia. D. Odilo Pedro Scherer, cardeal de São Paulo, comungou com o ponto de vista de que se deveria virar a página. Roberto Freire, ex-PCB, defendeu respeito à Lei da Anistia.

A última palavra foi dada pelo presidente do STF, Gilmar Mendes: “Estamos falando de fatos que ocorreram há mais de 30 anos. É muito difícil fazer uma revisão unilateral da Lei da Anistia”. Ou: “Repúdio qualquer tentativa de tratar unilateralmente casos de direitos humanos. Direitos humanos valem para todos – presos, ativistas políticos. Direitos humanos não podem ser ideologizados, é bom que isso fique claro.” (Folha de São Paulo, 4 de novembro). Para Gilmar Mendes estão sob a guarda dos direitos humanos tanto torturados quanto torturadores.

Lula recomendou que o melhor era Tarso Genro não insistir na sua proposição que dividia o governo e levava a confrontos.

O ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, se mostra empenhado, juntamente com Tarso Genro, em defender a tese de que crime de tortura é imprescritível. Gilmar Mendes responde que atos de terrorismo também não prescrevem.

Paulo Vannuchi prometeu uma campanha de esclarecimento sobre os mortos no Araguaia para março deste ano. Espera-se vasculhar a região e encontrar as ossadas. Mas está convencido de que nada poderá fazer contra torturadores e assassinos: “O que menos importa agora é se põe ou não alguém na cadeia” (*O Estado de S. Paulo*, 2/03). O mesmo destino tem o pleito de abrir os arquivos da ditadura: “Acredito que, se houvesse um mandado de busca de arquivos em quartéis gerais do Brasil, teria gente que se oporia a isso” (*O Estado de S. Paulo*).

A reação imediata de militares, ministros, políticos, setores da Igreja etc contra a abertura de processos e punição demonstra que o Estado de Direito, em nome do qual se reivindica o direito à memória e à verdade, no Brasil, é uma síntese que comporta em seu seio aspectos da ditadura militar. A democratização se deu por essa síntese. Participantes do regime militar ou defensores do golpe de 1964 constituem força decisiva no Estado de Direito, cuja expressão maior é a das Forças Armadas. O máximo permitido é identificar os mortos e pagar as famílias, que na sua maioria nada tinha a ver com as convicções daqueles que tombaram em nome da liberdade, da democracia, do nacionalismo, do antiimperialismo ou até mesmo do comunismo.

A luta democrática pela responsabilização da ditadura militar, pela extinção de seus pilares, pela revelação dos criminosos, pela abertura do que resta dos arquivos e pela punição dos torturadores deve continuar. Mas terá de ser assumida pelos movimentos sociais, tendo à frente as organizações operárias e populares.

# Os efeitos da crise no Ceará

Segundo dados do IBGE/IPECE publicados no jornal *Diário do Nordeste* (12/03/09), o PIB cearense cresceu 6,7% em 2008. A burguesia cearense comemorou o resultado e alguns asseclas mais afoitos arriscaram até que a crise não terá grande impacto no estado, podendo inclusive ser favorável a determinados setores, como o turismo. O que se esconde por trás dos 6,47% de crescimento é, no entanto, o início da desaceleração econômica e da crise. Segundo os números apresentados pelo IBGE/IPECE, houve queda na produção industrial e no PIB trimestral. No 1º trimestre, o PIB industrial cresceu 8,12% em comparação com o mesmo período do ano passado. Nos últimos trimestres, porém, esse crescimento foi paulatinamente se esfumando (5,03% no 3º trimestre, e apenas 3,86% no 4º). A economia cearense continuou a crescer em 2008, se comparada ao ano de 2007, mas já com forte desaceleração que tende a se transformar em crescimento próximo a zero ou abaixo dele em 2009. Além disso, o crescimento do PIB deveu-se à forte expansão agrícola (24,5%) que responde apenas por 7% do PIB estadual, contra 70% dos serviços (que também tiveram desaceleração nos últimos trimestres) e 23% da indústria.

## O achatamento dos recursos do FPM ameaça desintegrar as prefeituras do interior

As Prefeituras cearenses receberam dia 30/03 o repasse de R\$ 959,8 milhões do FPM (repasso constitucional da União para os municípios, equivalendo a 22,5% do imposto de renda e IPI recolhido nos municípios). Este valor sofreu corte de R\$ 6 milhões por parte do governo federal e é 14,7% menor do que o montante repassado no mesmo período do ano passado. Prefeituras como Mauriti, Barroquilhas, Porangi e outras estão semi-falidas e tendem a repassar a crise para os trabalhadores e em especial o funcionalismo, que sofrerá ainda mais com o atraso no pagamento de salários, cortes de terceirizados, avanço do arrocho salarial etc.

## Exportações atingidas

Segundo dados publicados pelo jornal *O Povo* (edição de 21/02) também as exportações cearenses tiveram forte queda no início de 2009. Produtos têxteis e calçadistas foram fulminados com a crise internacional. O volume exportado

pelo Ceará foi de US\$ 83,9 milhões em janeiro, quando a média girava em torno de US\$ 100 milhões. Este número de janeiro é 24% inferior ao mesmo mês em 2007 e 21% menor do que dezembro de 2008.

## Desemprego avança

O desemprego na Região Metropolitana de Fortaleza ficou em 12,2% da PEA (população economicamente ativa) em fevereiro (206 mil pessoas) segundo pesquisa do DIEESE divulgada dia 02/04. O desemprego aumentou em relação à janeiro (12%), em especial na juventude. Em janeiro, 11,3% dos jovens (18-24 anos) estavam desempregados; em fevereiro esse número saltou para 23,5%.

## A farsa do 'Dia nacional de luta pelo emprego e salário'

Nos últimos dois meses, a CUT organizou atos como parte do dia nacional de luta pelo emprego: o primeiro na FIEC e outro no centro da cidade, em unidade com CTB, Conlutas e o movimento estudantil (que protagoniza luta contra a limitação da meia e aumento de passagem). Em ambos, a direção traidora do PT exigia 'responsabilidade social dos empresários', que 'os governos exijam contrapartidas sociais e manutenção de emprego de empresas beneficiadas por isenção fiscal e empréstimos públicos', 'redução dos spreads bancários e da taxa Selic etc. O comércio a e indústria demitem e a CUT oferece uma saída burguesa para a crise: salvar os empresários e aceitar as demissões. Ao contrário do discurso burguês de que a crise terá pouco impacto na economia estadual, os trabalhadores precisam se preparar para o pior. Os setores têxtil e calçadista já começaram a demitir, embora ainda em pequena escala, o desemprego avançará, as condições de penúria se agravarão e será preciso preparar a luta com as reivindicações de:

\* Greve com ocupação contra as demissões! Emprego não se negocia defende-se com luta!

\* Estatização sem indenização de todas as empresas que demitirem sob controle operário!

\* Escala móvel das horas de trabalho! Redução da jornada para que haja emprego a todos!

\* Salário Mínimo Vital de R\$ 3.500,00!

# Diadema: Prefeito do PT municipalizou o ensino

O PSDB, que dirige o estado de São Paulo, há muito pressionava o PT de Diadema para que aceitasse a municipalização de parte da rede estadual de ensino. Sob a pressão do movimento dos professores, os prefeitos não conseguiram iniciar o processo de municipalização. O atual prefeito petista, Mario Reali, ganhou as eleições criticando a municipalização e os prefeitos das cidades vizinhas (São Bernardo, São Caetano) pelo fato de a terem implantado.

Mas nem bem esquentou a cadeira de prefeito, Reali encaminhou à Câmara de Vereadores o projeto-lei para municipalizar 5 escolas. Como conta com a maioria dos vereadores, o projeto não sofreria nenhuma resistência. E, sendo aprovado, não importa com o número de escolas, a municipalização não

necessitaria mais de se submeter à votação na Câmara. Estaria, portanto, assinado o tal convênio com o governo do estado. A partir daí, mais dinheiro do Fundeb passaria para os cofres da prefeitura. Portanto, as críticas eleitoreiras à municipalização cederam lugar ao dinheiro.

No dia 26 de março, a Câmara Municipal foi ocupada pelos professores, que protestavam contra a votação do projeto do prefeito. Diante das manifestações, os vereadores assumiram o compromisso de intermediar uma audiência entre a Apeoesp e o prefeito. A cúpula dirigente da Apeoesp, que é do PT, se colocou contra a municipalização e pretendia um acordo com o petista Reali. Nesse mesmo dia, o PT local informou que haveria um seminário do partido e que o problema seria tratado

internamente.

Depois de uma semana, veio o resultado: o seminário não discutiu a municipalização, não houve a audiência com o prefeito e o projeto seria votado imediatamente.

No dia da votação, 2 de abril, os professores desde cedo lotaram o plenário da Câmara. Durante toda manhã, as correntes políticas e manifestantes se revezaram nos argumentos contra a municipalização e contra a política do PT. O Partido Operário Revolucionário vinculou a municipalização à reforma educacional, que vem sendo implantada desde a época de FHC, como parte das diretrizes imperialistas aos países semicoloniais. Ressaltou os prejuízos salariais e funcionais da municipalização para os professores. Mostrou que a política de fundos (Fundef e Fundeb) foi o instrumento usado para a transferência de níveis de ensino às prefeituras. Denunciou a corrupção dos prefeitos com o dinheiro do Fundef e Fundeb. Defendeu o fim da municipalização e de toda a reforma educa-

cional. E destacou que só a unidade dos trabalhadores e a luta direta poderão derrubar a política de Realidade contra a educação.

No início da tarde, os vereadores abriram a sessão de votação do projeto. Os protestos tomaram conta do plenário. A Guarda Municipal e a força Tática da Polícia Militar cercaram a Câmara, invadiram o local e reprimiram os manifestantes, usando o gás de pimenta. Os vereadores fugiram do plenário. Depois de três horas, retornaram cercados pela tropa militar para, em poucos segundos, declararem a aprovação da municipalização.

A burocracia petista do sindicato lamentou o fato. Os manifestantes e a direção da Apeoesp local realizaram uma assembléia, que aprovou a continuidade do movimento contra a decisão do prefeito.

Os trabalhadores devem se unir para derrotar a administração petista, que se volta contra os trabalhadores e os serviços públicos, entre eles a educação.

## Educação Proletária – Curso de Formação

*Retomamos no mês de março o Curso de Formação na zona leste de São Paulo sobre a Educação Proletária. Dando continuidade ao estudo, iniciamos o Capítulo XII, do Vol. 1 de “O Capital”, de Marx: “Divisão do Trabalho e Manufatura”.*

*Para os novos participantes, expusemos a conexão entre a necessidade de conhecer o desenvolvimento da produção capitalista para entender a escola de classe que se desenha e se desenvolve posteriormente. A compreensão da gênese e estrutura da sociedade capitalista é o fundamento para o entendimento e intervenção sobre a crise que se abate hoje na educação no capitalismo.*

*Estudamos inicialmente as partes 1 e 2, que tratam respectivamente da “Dupla origem da Manufatura” e “O trabalhador parcial e sua ferramenta”. Vamos ao seu resumo.*

### 1. Dupla origem da manufatura

Nessa seção, Marx expõe como historicamente se constitui a manufatura a partir do trabalho artesanal. Mostra que ela tem uma origem “dúplice”. Ou seja, “de um lado, ela parte da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma única e mesma mercadoria. De outro lado, ela parte da cooperação de artífices da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico”. Em outras palavras, a manufatura ou surge da ampliação da divisão do trabalho que preexistia, como no caso da feitura de carruagens, cujas partes do ofício já eram realizadas por mais de um artífice ou surge da decomposição de

uma atividade realizada antes por um único artífice, cujas partes de seu ofício são divididas entre mais trabalhadores, como no caso da manufatura inglesa de agulhas.

Em ambos os casos, a manufatura baseada na cooperação amplia a divisão do trabalho na sociedade, ou por desenvolver a divisão onde antes era só embrionária, ou por criar a divisão onde antes não existia. No entanto, tal tipo de divisão ainda é manifestação do trabalho cooperado, anterior à grande indústria. Daí Marx afirmar que “essa divisão do trabalho é uma espécie particular da cooperação e algumas de suas vantagens decorrem da natureza geral e não dessa forma particular da cooperação”.

### 2. O trabalhador parcial e sua ferramenta

A manufatura cria a figura do trabalhador coletivo, que é seu “mecanismo vivo”, mas ao fazê-lo constitui também os trabalhadores parciais unilaterais. O que é evolução e vantagem para a pro-

dução, que se amplia, elevando a força produtiva do trabalho, aparece como destruição do estímulo para o trabalhador, que é obrigado a repetir uniformemente sempre a mesma operação.

Com a criação dos trabalhadores parciais, desenvolve-se, para o aumento da produtividade do trabalho, uma série de ferramentas, adaptadas cada qual a uma função particular. A diferenciação progressiva das ferramentas de trabalho, exclusivas para cada operação e destinadas a trabalhadores parciais, caracteriza a manufatura. Segundo Marx, “o período manufatureiro simplifica, melhora e diversifica os instrumentos de trabalho, mediante sua adaptação às funções exclusivas particulares dos trabalhadores parciais”.

A combinação dos instrumentos simples seria uma das condições materiais para o posterior surgimento da maquinaria, mas, enquanto persistiu a manufatura, “o trabalhador detalhista e seu instrumento” constituíram os seus elementos essenciais.

**ASSEMBLÉIA DA APEOESP:****O jogo da burocracia**

Em 27/04, realizou-se a primeira assembleia da APEOESP. Aprovou-se a campanha salarial. A ala majoritária da diretoria da APEOESP (composta pelo PT e PCdoB) apostou em uma assembleia esvaziada, restringiu-se a enviar os cartazes com a divulgação de hora e local para as escolas. Com um número pequeno (cerca de 3 mil), aprovou-se: aplicação da jornada da lei do piso salarial nacional (33% fora da sala de aula); reajuste salarial imediato de cerca de 25%, rumo ao piso do Dieese; contra a política de bonificação por resultados, dentre outras. O debate mais acirrado se deu em torno da reivindicação da estabilidade.

**O vai e vem do PSTU e da Oposição Alternativa**

Na reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER), que antecedeu a assembleia, a Corrente Proletária na Educação defendeu a **ESTABILIDADE (EFETIVAÇÃO) PARA TODOS OS PROFESSORES, INDEPENDENTEMENTE DO TEMPO DE SERVIÇO E DE CONCURSO**. A burocracia se opôs. Nesta ocasião, a Conspiração Socialista (que compõe a Oposição Alternativa) colocou-se favorável à nossa posição, inclusive fez a defesa conjunta. Na assembleia, no entanto, a mesma corrente, avisou que defenderia outra proposta: *estabilidade já, mas sem abrir mão do concurso*.

Qual o significado desta viravolta? Essas correntes têm a mesma concepção da burocracia da APEOESP: o concurso é mais “lícito”. Por que afirmamos isso? Porque os fatos mais recentes comprovam o quanto a Oposição Alternativa está amarrada a esta concepção.

Em 2005, na assembleia de abril, setores da oposição apresentaram a proposta de estabilidade a todos os professores, tendo em vista que o concurso que acabava de se realizar havia gerado a demissão de professores mais antigos da rede. Na ocasião, a Alternativa se juntou a ala majoritária da diretoria na defesa de que a estabilidade sem concurso era algo absurdo, porque fortalecia o “cabide de emprego”, como se os professores temporários, precarizados, pudessem ser comparados aos burocratas do Estado, que não trabalham e ganham fortunas. No mesmo ano, na assembleia de outubro, diante da proposta de estabilidade, a Alternativa recuou. Como os professores estavam em luta contra o Projeto de Lei Complementar nº 26 (que demitiria mais de 100 mil temporários e recontrataria parte deles de forma precária) e como a assembleia estava radicalizada, não restou a Alternativa senão fazer coro a proposta dos setores de oposição mais combativos, de que a estabilidade era a única via para se garantir o emprego. Porém, diante dos argumentos da burocracia de que isso contrariava a lei federal, a Alternativa defendeu a mudança na lei. Os professores votaram pela **ESTABILIDADE A TODOS, INDEPENDENTE DO TEMPO DE SERVIÇO E DA LEI**. Avançou diante da posição anterior, mas não conseguiu se libertar da concepção de que é preciso apontar o caminho para o Estado burguês atender as reivindicações dos trabalhadores.

Ao longo de 2006, 2007 e 2008, a Oposição Alternativa se apegou a luta pela aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 54, a qual, segundo a sua concepção, que é a mesma da burocracia da APEOESP, garantiria a estabilidade. Na realidade, a PEC em questão nem traz a questão da estabilidade, a Alternativa e a burocracia sindical contam com a possibilidade de haver uma emenda na hora de sua votação, para garanti-la aos professores com 5 anos de magistério (proposta da Alternativa) ou aos professores com 10 anos de magistério (proposta da burocracia). Em todo caso, trata-se de uma proposta que contrariava a deliberação da assembleia de 2005, pois nela a estabilidade foi

aprovada “para todos”, independentemente “do tempo de serviço” e “da lei”.

Em 2008 e sobretudo este ano, enquanto a Corrente Proletária na Educação insistia na aprovação da bandeira de estabilidade e organização da luta para alcançá-la, o PSTU/Alternativa votaram junto com a ala majoritária da diretoria de estabilidade através do concurso. Ou seja, retornou à sua posição de abril de 2005. No CER de 27/04/09, como assinalamos, a Oposição Alternativa defendeu conosco a estabilidade sem nenhuma restrição. Mas na assembleia mudou novamente de posição, colocando a necessidade de não abandonar a defesa do concurso público classificatório que leve em conta o tempo de serviço do professor. A burocracia, que na verdade é contra a estabilidade, aproveitou a situação e colocou-se pela proposta do PSTU.

**O seguidismo das correntes ao PSTU**

O PSTU contou com o apoio das demais correntes opositoristas, na assembleia de 27/03. As correntes, que em 2005 defenderam a *estabilidade para todos, independente do tempo de serviço e da lei*, agora defenderam que o concurso público “não pode ser abandonado”. Destacamos, neste episódio, o voto da FOS e de grupos sectários às posições do PSTU. No período da manhã, votaram conosco; à tarde votaram com o PSTU.

**Manobra da burocracia**

A burocracia colocou-se contrária a nossa proposta de estabilidade, alegando ser necessária a defesa de concurso público classificatório para todos os professores temporários. Isso tanto no CER quanto na assembleia. Nesta última, no entanto, a votação entre sua proposta e a do PSTU foi bastante acirrada, tendo de ser repetida. Temendo perder, a burocracia manobrou retirando sua proposta e aceitando a de “estabilidade já, concurso público...”.

A atitude da burocracia se explica por dois motivos: de um lado, a proposta aceita não está distante da sua, já que a defesa do concurso público (que é o “lícito”) foi garantida.

**Estabilidade para todos os professores**

A Corrente Proletária/POR vem defendendo a estabilidade e isso tem obrigado a burocracia e as correntes de esquerda a se posicionarem. A diretoria defende o concurso, quando este perdeu sua antiga função de garantir o emprego e hoje tem servido para selecionar os que terão emprego dos que serão demitidos. A efetivação de todos os professores já foi aprovada em 2005. A burocracia não acata as decisões de assembleia e, por isso, continua defendendo o concurso. As correntes de esquerda dançam conforme a música, mas no fundo estão pelo concurso.

Os professores têm pela frente a tarefa da defesa do emprego. A bandeira da estabilidade (efetivação) ganhará força no choque com as medidas de desemprego do governo. Por isso, a tarefa consiste em: 1) exigir a estabilidade já, que se organize a luta para que se ela se concretize; 2) demonstrar o erro da proposta aprovada; 3) defender que só a estabilidade não garante o emprego, tem de estar atrelada às reivindicações de Escala Móvel de Horas de Trabalho (divisão das aulas entre os professores, sem redução de salário) e reabertura de salas e escolas fechadas, bem como a construção de escolas onde for necessário e redução para 25 alunos por sala de aula.



# Nossa condição de existência deve ser defendida pela unidade da luta dos trabalhadores desempregados e empregados, efetivos e contratados

No dia 11/03, a burocracia do Sintero tardiamente chamou uma assembléia dos trabalhadores de educação do município, como sempre isolada da assembléia dos estaduais. Só para surpresa da burocracia a assembléia teve um comparecimento expressivo e houve muitas críticas a atual diretoria pelo fato de não dar importância à luta dos servidores do município. Os burocratas ficaram incomodados.

A base propôs greve para a semana seguinte, mas a burocracia manobrou e não colocou a proposta em votação, prevalecendo a proposta da diretoria de paralisar no dia 31/03, após encaminhar as reivindicações e de marcar audiência com o prefeito.

Na paralisação dos municipais, em frente da prefeitura, a burocracia relatou que teve audiência com o prefeito e que discutiu a pauta de reivindicação e os pontos: licença prêmio elevação de nível, quinquênio e plano de carreira.

Segundo os burocratas, o prefeito se comprometeu cumprir as exigências acima mencionadas, alegando que irá demorar mais com a efetivação do plano de carreira, que será encaminhado para a Câmara no mês de maio e alertou que a majoração nos salários, em decorrência do plano, dependerá da evolução da arrecadação do município.

## Corrente Proletária alerta

O ano letivo inicia e voltamos a enfrentar velhos problemas comuns nas escolas de todo estado de Rondônia e na capital - Porto Velho

O que temos de semelhante: 1) salário defasado que não dá para atender nossas necessidades vitais precisando ter outro emprego ou fazer horas extras para complementar o mínimo do sustento; 2) salas superlotadas; 3) sucateamento das instalações físicas das escolas e seus mobiliários; 4) falta de professores para atender a rede; 5) condições de trabalho precárias; 6) muita promessa de solucionar os problemas e nada acontece concretamente; 7) muita propaganda demagógica do prefeito Roberto Sobrinho/PT e Cassol sobre a educação; 8) Cortes de Direitos trabalhistas; 9) o imobilismo da diretoria do SINTERO.

Esses problemas se aprofundarão ainda mais com os efeitos da crise econômica, que afetará os serviços sociais com cortes de recursos na educação, saúde e demais setores.

## Campanha Salarial e Plano de Carreira

a) No caso dos servidores municipais

A pauta de reivindicações dos municipais começou a ser negociada em agosto do ano passado para beneficiar a reeleição para o prefeito Roberto Sobrinho, que aproveitou para iludir professores e funcionários com promessas demagó-

gicas. Resultado: até agora, nada foi definido a respeito da pauta.

A questão do Plano de Carreira Cargos e Salários (PCCS) é uma grande embromação. Os PCCS não surgem para resolver os problemas de salários defasados, mas para nivelar o salário de acordo com a superexploração do trabalho. No caso dos municipais a situação do quinquênio continua pendente. Outro problema diz respeito à elevação de nível, na tentativa de impor novo concurso, o que representa um absurdo.

b) No caso dos servidores estaduais

Existe uma pequena diferença, quanto ao enfrentamento com o governo Cassol, pelo fato deste representar oposição ao PT (diretoria do Sintero), que é aliada do prefeito. Porém, o número de ações de enfrentamento ao governo é mais significativo. Por outro lado, as conquistas dos trabalhadores são tímidas, acumulando perdas na ordem de mais de 18% do salário.

Quanto à reivindicação do Piso Salarial Profissional Nacional, a burocracia diz que representa uma conquista importante para a categoria. A Lei do Piso, aprovada por Lula e aceita pela burocracia, é uma miséria.

A **Corrente Proletária da Educação** denunciou que esse piso aprovado não garante o atendimento às condições de sobrevivência de nenhum professor do país. Defendeu a convocação de assembleias e plenárias para a discussão de um piso vital, que em nossos cálculos deve ser R\$ 3.500,00 (salário mínimo vital). E a luta unitária para impor o piso nacional, que é o salário mínimo vital.

## Nossas propostas

1. esse dia de paralisação, aprovemos um plano de luta imediato para enfrentar o prefeito e governador no atendimento às nossas reivindicações;

2. ejetar as negociações das reivindicações por meio de comissões; exigir que seja feita na presença da base, para que todos possam opinar;

3. Defender o salário mínimo vital a todos os trabalhadores. Ninguém pode receber menos que R\$3.500,00. Nosso piso deve ser o salário mínimo vital e a garantia de todos os direitos conquistados, que estão sendo arrancados;

4. Defender nossas conquistas e não esconder da base os direitos que o prefeito Sobrinho está surrupiando dos municipais e Cassol dos estaduais, tais como salário integral para servidores que tiram licença prêmio e recebe a punição de um decréscimo que aproxima 50% do salário.

5. Diante da crise econômica, defesa do emprego e do salário a todos os trabalhadores.

## UEL: Rearticular o movimento estudantil com um programa de combate

Durante a semana de recepção de calouros, os estudantes da UEL deliberaram pela realização de eleição da nova diretoria do DCE e, na sequência, a convocação do seu IV Congresso. Os desafios postos ao movimento estudantil exigem que durante o processo eleitoral se retomem com clareza os problemas políticos decisivos de modo a politizar a participação dos estudantes.

### *Democracia e autonomia universitária*

A primeira delas é defesa da **eleição direta** para reitor e os outros cargos de comando da universidade. Somente defendendo a eleição direta – quer dizer, a própria comunidade universitária decidindo quem são seus dirigentes sem interferência do governo – pode se afirmar a autonomia universitária. Qualquer ingerência do governo nesta questão, por exemplo, mediante a escolha do governador a partir da lista triplíce, anula a autonomia pela raiz.

Vinculada a esta, se coloca a necessidade de se estabelecer o **voto universal** nas eleições dos principais cargos desde o reitor, até os diretores de centro, as chefias de departamento, etc. O voto paritário, com qualquer que seja seu peso, serve para dar mais poder de decisão aos setores com interesses corporativos na universidade, evitando que a maioria estudantil possa expressar sua vontade.

Outro aspecto fundamental da autonomia e democracia na universidade é a **assembleia geral universitária**. Este é o único espaço onde a democracia direta da comunidade universitária pode se manifestar plenamente. É claro que em tempos normais a burocracia resistirá em convocá-la e, em geral, a assembleia geral universitária só pode se auto-convocar em momentos de ascenso da luta, como foi durante as últimas greves de 2000 e 2001-2002. Mas o movimento estudantil, que representa o único setor realmente interessado na autonomia da universidade (porque para eles a universidade não é um meio de vida como os funcionários e professores), é obrigado a levantar sempre este espaço de efetiva vigência da democracia direta. É na assembleia geral universitária onde se devem decidir as grandes questões da política da universidade (por exemplo, o plano de segurança, autonomia, orçamento e prioridades, etc.).

Para enfrentar os ataques do governo contra a autonomia, a prepotência e autoritarismo da reitoria, o movimento estudantil não pode se limitar a denunciar a ingerência do governo na nomeação das autoridades, o plano de segurança repressivo da reitoria, a construção do muro, a presença da polícia no campus e a criminalização do movimento estudantil. Deve ir além e colocar em questão o problema central do poder dentro da universidade: a quem serve a burocracia universitária? Quais os mecanismos de

controle e dominação interna que reforçam o poder do Estado burguês e a orientação geral privatista dentro da universidade pública? Quer dizer, um programa de combate exige que se levantem as bandeiras de eleição direta, voto universal e assembleia geral universitária.

### *Estatização do ensino particular e escola para todos*

Para ser conseqüente com a defesa do direito de **livre acesso à universidade e escola para todos** há que levantar a necessidade de estatizar todo o ensino particular sem indenização e o estabelecimento de um único sistema de ensino público e gratuito nacional. Esta é a forma de enfrentar a orientação geral do Estado burguês brasileiro que tem no seu centro a política de favorecimento do ensino privado e mercantilização da educação.

Todo o desmonte do ensino público, que há décadas vem sendo implementado, tem esta finalidade. Durante o governo Lula, este desmonte se complementa com estratégias demagógicas que confundiram a boa parte da juventude e o movimento estudantil. O PROUNI, o REUNI e as COTAS para estudantes negros e de escolas públicas são, na prática, formas de cooptar parte da juventude para a política de destruição do ensino público.

O PROUNI cria a ilusão de que o estudante, pelo fato de conseguir estudar numa escola privada, terá seu emprego garantido no futuro. Na prática, o PROUNI é uma forma de socorrer os capitalistas proprietários de escolas particulares para enfrentar a inadimplência, em quanto aos supostos empregos, é uma pura ficção num quadro de agravamento da crise. Por outro lado, atende uma minoria de pobres e isenta os capitalistas de impostos

Já a política de cotas, divide artificialmente a juventude em negros e não negros ao invés de unificá-los na luta pela estatização de todo o sistema privado; não cria nenhuma vaga a mais nas universidades limitando-se a criar apenas outra regra para a disputa pelas mesmas vagas; continua deixando de fora os milhares de estudantes de escolas públicas que não têm condições de disputar um vestibular porque devem trabalhar, sem contar os milhões de jovens que não alcançam a terminar o primeiro grau.

O movimento político dos estudantes não pode se perder na defesa de mecanismos assistencialistas. Isto os divide pobres e pouco-pobres e desvia a luta do conjunto contra o verdadeiro problema que é a falta de vagas para todos. Desvia da compreensão de que a verdadeira causa da falta de perspectivas para a juventude é que o capitalismo apodrecido não pode mais aproveitar a energia criadora das novas gerações e que este problema não pode ser resolvido por medidas paliativas ou reformas demagógicas.

## Congressos da UNE e Conlute

O POR defende que se organize uma ampla intervenção nos congressos da UNE e no chamado Congresso Nacional dos Estudantes.

A UNE, dirigida pelo PCdoB, burocratizada e governista, fará seu congresso em julho. Trata-se de organizar uma ampla discussão a partir das bases, convocar assembleias em todos os cursos, eleger delegados nas universidades, organizar a atuação de uma oposição revolucionária no interior da UNE para enfrentar a direção burocrática. É um erro abandonar a UNE e deixá-la nas mãos do PCdoB e aliados governistas. A UNE sob essa direção atua como porta-voz do governo no interior dos movimentos, mantendo-os isolados e sem a força necessária para derrotar os planos governistas.

A Conlute está à cabeça da organização do Congresso Nacional dos Estudantes. Trata-se de uma necessidade efetiva do movimento estudantil combater preparar esse congresso para aprovar nele um plano de lutas e de ação unitária ao redor das reivindicações mais sentidas dos estudantes. O POR defende que a Conlute atue na UNE como fração de oposição revolucionária, e que o Congresso aprove a atuação no Congresso da UNE.

Sabemos que o PSTU e outras correntes se colocam pela ruptura com a UNE e tentarão utilizar o Congresso para isso. É preciso rechaçar essa política e aprovar a linha de combater a direção burocrática da UNE.

## Nesta edição:

- Novo governo sionista
- Bolívia: Basta de diálogos e constituições inúteis
- Para Onde Vão as Massas
- A Crise Atinge a Todos: É Preciso Lutar por um Programa para Unificar os Explorados

## Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



## Novo governo sionista

Finalmente, os partidos da burguesia israelense chegaram a um acordo para formação do novo governo. Com a decadência do Partido Trabalhista, acentuou-se o estilhaçamento partidário. As eleições de 10 de fevereiro refletiram essa realidade e evidenciou a crise em que está imersa a política sionista.

Binyamin Netanyahu teve de fazer amplas negociações e tráfico político para conseguir compor seu governo. A direita comandada por Tzipi Livni não aceitou as condições, ficando na “oposição”. E o Partido Trabalhista serviu à aliança da direita sionista mais radical, em cuja hoste participará o corrupto dos corruptos e a direita da direita Avigdor Lieberman.

O artigo abaixo foi escrito logo após as eleições. Não foi publicado por razão de espaço no jornal. Mas mantém atualidade.

### Direita e esquerda israelenses

As eleições para o Parlamento (Knesset), em fevereiro, deram vitória a Tzipi Livni (28 cadeiras), do partido Kadima. Em seguida, com 27 cadeiras, Binyamin Netanyahu, do Likud. O terceiro colocado, Avigdor Lieberman, do Israel Beiteinu, com 15 cadeiras. O grande derrotado foi o Partido Trabalhista, de Ehud Barak, que ficou reduzido a 13 cadeiras e não terá influência na formação do novo governo. Concorreram outros partidos, como Shas, União Nacional, Casa Judaica, todos religiosos e considerados de extrema-direita, e Meretz, próximo ao trabalhismo, tido de esquerda.

Como se vê, segundo a classificação corrente, à esquerda estariam o Partido

Trabalhista e o Meretz. No outro espectro, estão a direita e a extrema-direita. O Kadima classifica-se de centrista. Assim, as eleições deram vitória esmagadora à direita.

As diferenças entre os partidos que a compõem são de ordem religiosa, civil e de traços nacionalistas, mas o fundamental está em se se aceita ou não a possibilidade de um Estado Palestino; ou se se deve ou não recuar na ocupação territorial dos palestinos; ou ainda se os palestinos-israelenses devem permanecer com direitos políticos ou não. Os atritos entre a direita religiosa representada pelo Shas e a direita laica, pelo Israel Beiteinu, em torno do casamento civil, da conversão ao judaísmo e hábitos, são completamente secundários.

Como fortalecer o Estado sionista e enfrentar a revolta palestina constituem o centro das divergências e convergências. Lieberman aceita recuar na ocupação territorial, mas fazendo uma limpeza étnica de Israel. Netanyahu é defensor das colônias judias instaladas na Cisjordânia. O partido União Nacional, cuja base eleitoral é formada por colonos, e Casa Judaica, não somente são contra a retirada das colônias como também a formação de um Estado Palestino.

Os opositores a um “acordo de paz” que pressuponha a existência de dois Estados no território constituem a extrema-direita. Agrega-se a ela o partido racista de Lieberman, que não contesta a existência de um Estado palestino, desde que Israel esteja livre da presença de palestinos e descendentes nascidos sob o Estado judeu. Na direita, estariam o Likud e Kadima, considerado mais pre-

cisamente de centro ou centro-direita. O Likud só admite um Estado palestino sem quaisquer traços de soberania. O Kadima não se pronuncia a esse extremo, aceitando negociar condições. Esses dois partidos são gêmeos.

Em 2001, o Likud venceu o Partido Trabalhista, e iniciou uma ofensiva colonizadora, contrapondo-se às tentativas de acordo com os palestinos e construindo um muro separando palestinos e judeus na Cisjordânia. O primeiro-ministro Ariel Sharon, do Likud, encabeçou a grande ofensiva. Em contrapartida a resistência dos palestinos, dirigida pelo Hamas, ganhou força.

Dois anos depois, em 2003, Bush arquitetou o plano Mapa da Estrada, objetivando fortalecer a política conciliadora da Autoridade Nacional Palestina (ANP), governada pelo títere Mahmud Abbas. Sharon se viu obrigado a contrariar as posições de seu partido Likud, aceitando desmontar parte das colônias e libertar presos palestinos.

A retirada da ocupação da Faixa de Gaza aprofundou a divisão no Likud. Sharon rompe e funda o Kadima, que passou a ocupar uma posição de centro na política da burguesia judia e perante às pressões das potências. O Kadima oscila entre posições do Likud e do Partido Trabalhista, que perdeu a hegemonia em fins de 1970 para posições da direita abertamente favorável à expansão colonizadora.

Com o fortalecimento da resistência palestina sob a direção do Hamas, formado em 1987, a política do trabalhismo foi cedendo espaço continuamente ao Likud e seus aliados.

Em 1992, os trabalhistas voltam ao poder e um ano depois seu primeiro-ministro, Yitzhak Babin, assina o Acordo de Oslo, que prescrevia a devolução do território aos palestinos e previa a constituição de um governo, a Autoridade Nacional Palestina. Mas que desconhecia a exigência dos palestinos de retornos dos refugiados e devolução da velha Jerusalém.

A estratégia montada pelos Estados Unidos era a de estruturar um poder conciliador na Palestina, de forma a impor a domesticação, para isso Israel mostrava boa vontade levantando as ocupações e retraindo os assentamentos colonizadores. Fracassou. O Likud resistiu. E a ANP mostrou-se frágil diante da ascendência do Hamas, apoiado na luta das camadas mais pobres e oprimidas dos palestinos, que não reconhecem o Estado sionista e querem uma Palestina uma.

Agora, pouco antes das eleições, o governo do Kadima, cujo presidente é o ex-trabalhista Shimon Peres e o primeiro-ministro Ehud Olmert trabalhista, desfechou a operação de guerra contra a Faixa de Gaza. A defesa do Estado sionista pela via do massacre e do cerco econômico-militar aos palestinos vem ganhando força com a ascensão do Likud.

Os trabalhistas e kadimas não têm o

que fazer senão adentrar por essa via, ainda que mantenham a retórica da negociação e do acordo. O trabalhismo, acusado de abrigar a corrupção de Olmert, afundou, teve a pior derrota de sua gloriosa história sionista.

A hegemonia do Partido Trabalhista permitia a centralização do Estado e dava uma perspectiva de acordo com os palestinos. Mas se tratava de uma posição insustentável, pois a pátria sionista foi criada artificialmente de fora para dentro das terras palestinas. E imposta pela força do dinheiro e das armas.

Israel foi concebido no século XIX. Seu idealizador, Theodor Herzl, organizou um movimento de volta ao Sion. E em 1897, realizou uma conferência pela formação de um Estado judaico, resultante da reaglutinação de judeus espalhados pelo mundo. Na 1ª Guerra Mundial, o imperialismo inglês vencedor dá os primeiros passos no sentido de concretizar o movimento de Herzl, que desde o início do século XX reunia famílias judias na Palestina. Ao mesmo tempo em que os britânicos anunciavam a criação de um Estado judeu, prometiam um Estado palestino. Mas é com a 2ª Guerra que o imperialismo e os barões capitalistas judeus impõem o Estado de Israel. Em 1947, a ONU, comandada pelos

Estados Unidos, divide arbitrariamente o território palestino em duas partes: a do Estado judeu e a de um suposto Estado palestino. Em 14 de maio de 1948, é criado o Estado de Israel, tendo como governo o sanguinário David Ben-Gurion. Nunca foi permitido aos palestinos constituírem um Estado.

Os conflitos anteriores entre palestinos e judeus passaram a ser pré-história. Edificou-se na Palestina e no Oriente Médio uma poderosa força militar, moderna máquina de destruição, cuja capacidade nuclear ainda não foi testada. Com o Estado de Israel, abriu-se uma nova etapa de guerras de dominação no Oriente Médio, impulsionadas pelos Estados Unidos.

O Partido Trabalhista serviu a esta etapa, declinou com os fracassos de paz com anexação dos palestinos. A ascensão da extrema-direita, com traços fascizante, e derrocada da hegemonia trabalhista expressam profunda crise no seio do Estado. Há um estilçamento partidário. Das 120 cadeiras do Knesset, o Likud obteve apenas 27, as demais estão distribuídas entre outros 11 partidos. Terá de constituir uma ampla coligação, provavelmente da direita à extrema-direita. As tendências bélicas continuarão dominando em todo Oriente Médio.

## Bolívia:

# Basta de diálogos e constituições inúteis

**Às ruas por pão, terra e trabalho! Viva a ação direta!**

Expropriar a grande propriedade privada da burguesia vendida (empresários) e as multinacionais (imperialismo) é a resposta contra a crise econômica. O governo demagogo não o fará.

Já esperamos o suficiente. Não lhes parece? A política do governo de conchavo com a burguesia vendida para tentar um “acordo nacional” e com as multinacionais para que sejam nossas “sócias” significa manter a ordem social burguesa, ou seja, não mudou nada. Os masistas se afundam na corrupção e na demagogia junto com seus irmãos de leite: a direita fascista, porque são outro tipo de governo burguês, mas que reverencia o latifúndio, minas, empresas e bancos privados da burguesia entreguista boliviana e do imperialismo (multinacionais). Os masistas só mentem aos explorados com discursos demagógicos de falsas promessas de mudanças, enquanto os burgueses e as multinacionais continuam engordando, sem deixar mais nada além de miséria no país. É hora da ação direta por nossas famílias, por pão, terra e trabalho, tomando os latifúndios, empresas e todas as grandes propriedades privadas da burguesia vendida e do imperialismo, para que com estes recursos possamos dar trabalho e futuro a todos, sob um Governo Operário e Camponês.

Tomar os latifúndios! Lutar por o salário mínimo vital com escala móvel! (um salário que cubra a cesta básica familiar e que se eleve automaticamente acompanhando o custo de vida). Frente às demissões e abusos dos patrões: tomar as minas e as fábricas! Passar por cima dos dirigentes vendidos com os comitês de greve e as assembléias.

Estatizar os grandes meios de produção privados da burguesia traidora e do imperialismo (latifúndios, minas, fábricas, bancos etc.) Para transformá-los em propriedade social, sob o controle dos operários e camponeses.

É hora da revolução social, de impor o governo operário-camponês dirigido a partir de nossos órgãos de poder de massas (cabildos, assembléias com representantes revogáveis etc.) Recordemos a experiência da Assembléia Popular de 1971. Para acabar com os exploradores: ditadura proletária que significa ditadura dos explorados contra seus exploradores, liberdade e ampla democracia para os oprimidos, isto é o socialismo, caminho para o comunismo.

Salário mínimo vital com escala móvel!

Derrotar a direita e expulsar as multinacionais!

Com o Partido Operário Revolucionário para o socialismo!!

Revolução e Ditaduras proletárias!

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2121, de 27/03/09)



## Para Onde Vão as Massas

Nas últimas semanas ocorreram muitas mobilizações de diferentes setores em La Paz e em outras capitais estaduais. As mais importantes foram realizadas pelo magistério pacenho, exigindo aumento salarial, a tão esperada lei de pensões solidária e o rechaço a promulgação da lei “Siñani – Pérez” no próximo 6 de junho. Outros setores, como os pequenos importadores de veículos usados, os comerciantes de roupas usadas, as pequenas oficinas de costura e outros saem às ruas exigindo do governo atenção a suas necessidades imediatas.

É interessante constatar, sobretudo em La Paz, epicentro da influência masista, que estas mobilizações não são hostilizadas pela população e nem pelos grupos oficialistas como os chamados “Satucos”, que já não se atrevem a dissolvê-las a paus, como faziam até uns meses atrás. Surpreende que algumas consignas, como “basta de contrabandistas e meliantes, nós bolivianos queremos pão”, arranquem aplausos das pessoas nas ruas.

Por outro lado, nas zonas controladas pela direita, a gente começa a viver um processo de emancipação das direções políticas locais identificadas com os gamonais e os empresários privados.

Apesar do governo e da oposição se empenharem para que a luta política se polarize ao redor dos conflitos entre canais ambiciosos, os explorados começam a mostrar claramente que estão cansados de tanta farsa burguesa. Tanto no Oriente como no Ocidente, amplas camadas da classe operária e da classe média observam com repugnância a mesquinha luta politiqueria entre oficialistas e opositores.

Percebe-se uma profunda mudança nos interesses das pessoas.

## A Crise Atinge a Todos: É Preciso Lutar por um Programa para Unificar os Explorados

Os efeitos da crise do capitalismo mundial já são dramáticos no país. A exploração mineira está praticamente paralisada e milhares de trabalhadores assalariados e cooperados estão nas ruas sem qualquer proteção. Os preços do petróleo caíram, pois sua procura no mercado mundial declinou, as exportações de produtos tradicionais e não tradicionais têm diminuído, porque os mercados no estrangeiro diminuem cada vez mais. As remessas provenientes do exterior (e que, de maneira significativa aumentava o dinheiro em circulação no país e colocava em funcionamento o mercado interno) têm diminuído substancialmente. Os bolivianos que se encontravam no exterior em busca de trabalho retornam massivamente.

As empresas multinacionais que fizeram investimentos no país e os empresários privados nacionais cuidam dos seus bolsos zelosamente e fecham fábricas e minas, resultando em mais desemprego e miséria. Aqueles que ainda se mantêm na produção são ameaçados de demissões, cortes de salários e benefícios sociais. Os vampiros procuram assegurar os lucros em plena crise, mas à custa de um aumento da miséria na família dos trabalhadores.

A crise não afeta apenas os trabalhadores assalariados, professores e funcionários públicos, mas todos os oprimidos e explorados do país. Os pequenos comerciantes, os autônomos do transporte, artesãos, agricultores, profissionais liberais da classe média etc. A cada dia eles vêem seus rendimentos minguaem e se torna mais difícil alimentar a família.

O pior erro que se pode cometer é fazer o jogo do governo, colocando um setor contra outro, acreditando que estes são os causadores da miséria. Agora temos de unir as forças entre todos os setores para impedir que seus familiares sejam condenados a morrer de fome. Devemos forjar nas ruas um programa de luta que una e encarne as necessidades

São os efeitos da crise que golpeiam mais fortemente sua economia, sobretudo os setores mais pobres da população que se vêm frente um governo inútil que, longe de atender suas necessidades, se dedicam a exercícios eleitorais para garantir vitória em dezembro. A milionária campanha que já começou a se desenvolver choca brutalmente com a fome e a falta de trabalho.

Os ativistas revolucionários que saem para difundir o MASAS nos diferentes setores e que no início eram fustigados por pessoas que abrigavam esperanças no governo do MAS; agora percebem com muita clareza que esses companheiros recebem a imprensa revolucionária ávidos de informação e de análise política. As expressões de repúdio tanto ao governo como à oposição de direita são cada vez mais nítidas. No início, os explorados resolviam o dilema MAS versus Oposição com um claro respaldo ao primeiro contra a direita, agora essa atitude mudou e reina no ambiente a pergunta “depois de Evo quem vem?”

Percebe-se com nitidez que estamos entrando a um novo processo político onde o carnaval eleitoral já não poderá embriagar os explorados e que estes se empenham em buscar uma direção política que expresse com nitidez seus interesses materiais. Nestas circunstâncias, é imperativo potenciar o POR orgânica e politicamente, para comparecer com nitidez como a nova direção capaz de conduzir os explorados para a revolução social. No cenário não existem competidores, todos os oportunistas que apareciam como “esquerdistas” e “revolucionários” se converteram em serventes do oficialismo que se esgota rapidamente.

(Extraído do “Masas” boliviano nº 2122, de 03/04/09)

vitais de todos. O momento impõe lutar pelo seguinte programa:

- 1.- Frente ao fechamento das fontes de trabalho, ocupação de fábricas e as minas para mantê-los em funcionamento com o apoio do Estado e sob o controle direto dos trabalhadores.
  - 2.- Frente à recusa do aumento dos salários e à pretensão de reduzi-lo, imponhamos o salário mínimo vital (que cubra todas as necessidades vitais do trabalhador), com escala móvel de salários (que subam automaticamente na mesma proporção em que subam os preços dos bens de consumo).
  - 3.- Frente ao aumento do desemprego, escala móvel de horas de trabalho (que a jornada de trabalho diminua sem redução dos salários, para dar emprego os desempregados).
  - 4.- Liquidação efetiva do latifúndio para dar terras, na forma de propriedade comunitária, a todos os camponeses.
  - 5.- Frente à política imperialista e masista de erradicação e controle dos cultivos de coca, livre cultivo, comercialização e industrialização da folha.
  - 6.- Melhores rendas para os setores não assalariados, como os camponeses, os pequenos comerciantes, os autônomos do transporte, artesãos, agricultores, profissionais liberais. Isto só se pode conseguir mantendo intato o aparato produtivo com salários suficientes, que garantam o funcionamento do mercado interno.
  - 7.- Lei de pensões solidária e universal integralmente financiada pela patronal e o Estado.
  - 8.- Seguro de saúde universal gratuito.
  - 9.- Educação pública gratuita para todos, acabar com a educação privada, privilégio da classe dominante.
  - 10.- Efetiva autodeterminação das nacionalidades oprimidas, etc.
- (Extraído do “Masas” boliviano nº 2121, de 27/03/09)